



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ALINE DA SILVA REIS**

**A IMPORTÂNCIA DOS SABERES POPULARES NA  
CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

Amargosa  
2022

**ALINE DA SILVA REIS**

**A IMPORTÂNCIA DOS SABERES POPULARES NA  
CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Formação de Professores- CFP, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito final para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira

Amargosa  
2022

**ALINE DA SILVA REIS**

**A IMPORTÂNCIA DOS SABERES POPULARES NA CONSTRUÇÃO  
DA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora:

Aprovada em 05 de agosto de 2022.



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Thereza Cristina Bastos Costa de Oliveira (Orientadora)**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Geovana da Paz Monteiro**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Eurácia Barreto de Andrade**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A Deus, por me sustentar e me conduzir em mais uma caminhada, por ser meu alicerce em todos os momentos da jornada da vida. A minha Dea (avó), por toda a vivência que me possibilitou a construção desse trabalho final de curso. À minha mãe por toda parceria, confiança, amor incondicional e apoio para realização dos meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser meu alicerce diário, por nutrir o meu espírito nos momentos de ansiedade e angústia.

Agradeço a minha avó materna, Matilde dos Santos (**in memoriam**), pelos seus chamegos quando minha mãe não estava presente, por ser serenidade em meio a tantos desafios que acometeram sua vida, por ser fortaleza nos momentos em que se pede lágrima, por ser a pessoa que falava por gestos, sem muitas palavras, mas que eram suficientes para sentir a sua fortaleza de mulher sabia e forte. Minha eterna gratidão aos muitos ensinamentos e por ser exatamente a pessoa que precisa ser.

Agradeço a minha mãe, Marilene da Silva Brito, por todo apoio, proteção, amor incondicional, pelas motivações, fortalecimento e por me acompanhar em todos os meus sonhos, meu muito obrigada.

Agradeço a minha orientadora, Thereza Bastos, por todo cuidado, paciência e bela belíssima condução na construção desse trabalho final.

Agradeço aos meus irmãos Maraisa, Marcelo, Iolanda, Arisson, Ivana e Adryel, por sempre me apoiarem e acreditarem em mim.

Agradeço aos meus sobrinhos, Bruno, Breno, Clara, Anderson, Eduarda, Arthur, Thiago, Larissa, Marcela, Gabrielle, por serem exatamente do jeito que são, titia ama vocês.

Agradeço a minha comadre e compadre, Lene e Junior respectivamente, por terem me presenteado com os afilhados (Alice e Heitor) mais lindos e inteligentes, que foram minha válvula de escape durante todo esse processo e por todo apoio durante a escrita do tcc.

Aos meus amigos lindos e amados de curso, aos quais quero levar para a vida, Eliana Costa, Mauricio de Jesus (Bigu) e Priscila Santana. Obrigada pela paciência, sorrisos, compartilhamento de saberes e de vida. Obrigada por me proporcionar conhecer vocês. Com vocês, tive a melhor e a mais proveitosa caminhada que poderia ter.

Agradeço aos meus amigos que estiveram ao longo dessa caminhada acadêmica ainda no curso de filosofia e que carregou até hoje de maneira muito especial Daiana Resende e Rodrigo Silva, que me fizeram rir nos momentos que precisei.

A minha professora Auxiliadora do ensino fundamental que me ensinou muito e que tenho grande admiração.

Aos meus professores do curso de Pedagogia, que contribuíram para que hoje estivesse aqui, pelas motivações, apoio, pela empatia e conhecimento compartilhado, em especial, Maria Aparecida Andrade, Maria Euracia Barreto, Maicelma Maia, Ingrid Wink, Carlos Adriano Silva, Andreia Barbosa, Luana Patrícia Costa, Gleide Sacramento, Sabrina Torres, Gilselia Macedo.

Aos meus professores do curso de Filosofia, que caminharam no início do curso e que me deram base para chegar aonde cheguei, em especial, Geovana Monteiro, Giovana Temple, Rosangela Souza, Marcelo Santana e Gilfranco Lucena, meu muito obrigada!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

Marthin Luther King

REIS, Aline da Silva. **A importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança.** Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Centro de Formação de Professores, Universidade Federal Do Recôncavo da Bahia - UFRB, Amargosa, 2022.

## RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo, evidenciar a importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança em contexto escolar. Partindo do pressuposto que a educação se constrói coletivamente e nas diferenças, onde a escola deve estar aberta e receptiva para dialogar com as diversas culturas que adentram aquele espaço. A presença da família nessa construção torna imprescindível para que os resultados sejam positivos, visto que, é na família que se dá o primeiro contato com a cultura. Desse modo, são transmitidos a criança os valores, costumes, tradições e todo preceito familiar, esses ensinamentos, possibilitarão a criança sentir-se pertencente aquela cultura. Nesse sentido, a pesquisa em questão busca fazer uma revisão bibliográfica e dialogar com teóricos que abordam sobre a importância da participação da família durante o processo escolar e a necessidade de interlocução entre a família e a escola para o fortalecimento dos vínculos e a valorização da preservação das diferentes culturas no ambiente escolar. A teoria Freiriana (2020) é considerada como primordial para o entendimento da temática em foco, assim como Brandão (2002) oferece um amplo subsídio para a compreensão de como a escola, enquanto instituição de saber estruturado, pode estar dialogando com os conhecimentos populares? E ainda como o Projeto Político Pedagógico (PPP) pode ser pensado como instrumento capaz de favorecer a participação da família? Santos (2010) traz todo aporte do percurso metodológico e o caminho de produção científica, Padilha (2001) discorre a importância de um Projeto Político Pedagógico dialógico pautado no pensamento Freiriano. Nesse sentido, o presente trabalho, buscou problematizar o diálogo com a comunidade, assim como a partir das reflexões, pensar a participação da família como estratégia prioritária para contextualizar a educação popular no âmbito escolar, através de autores que dialoguem e tragam possíveis respostas que ajudarão no encaminhamento da prática escolar, assim como a apropriação do assunto em questão, para uma nova ressignificação da educação escolar que valorize a importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança.

**Palavras-chave:** Relação família escola, escola, criança.



REIS, Aline da Silva. **A importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança.** Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Centro de Formação de Professores, Universidade Federal Do Recôncavo da Bahia - UFRB, Amargosa, 2022.

### **ABSTRACT**

This Course Completion Work aims to highlight the importance of popular knowledge in the construction of child learning in school context. Assuming that education is built collectively and differences, where the school must be open and receptive to dialogue with the various cultures that enter that space. The presence of the family in this construction makes it essential for the results to be positive, since it is in the family that the first contact with the culture is made. In this way, the values, customs, traditions and all family precept, these teachings, are transmitted to the child, allowing the child to feel belonging to that culture. In this sense, the research in question seeks to make a literature review and dialogue with theorists who address the importance of family participation during the school process and the need for dialogue between family and preservation of different cultures in the school environment. The Freirian theory (2020) is considered as primordial for the understanding of the theme in focus, as Brandão (2002) offers a broad subsidy for the understanding of how the school, as an institution of structured knowledge, can be dialoguing with popular knowledge? And how can the Political Pedagogical Project (PPP) be thought of as an instrument capable of favoring the participation of the family?, Santos (2010) brings all contribution of the methodological path and the path of scientific production, Padilha (2001) discusses the importance of a dialogical Pedagogical Political Project based on Freirian thought. In this sense, the present work, sought to problematize the dialogue with the community, as well as from the reflections, to think the family participation as a priority strategy to contextualize popular education in the school context, through authors who dialogue and bring possible answers that will help in the referral of school practice, as well as the appropriation of the subject in question, of school education that values the importance of popular knowledge in the construction of child learning.

Keywords: Relationship family school, school, child.

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

PPP- Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. PARADIGMAS CIENTÍFICOS E ABORDAGEM QUALITATIVA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1. Pesquisas Qualitativas .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2. Abordagem de Pesquisa .....</b>	<b>21</b>
<b>3. UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO .....</b>	<b>23</b>
<b>4. INQUIETAÇÕES E VIVÊNCIAS PARA UMA BUSCA EPISTEMOLÓGICA.....</b>	<b>30</b>
<b>5. UMA EDUCAÇÃO AUTÔNOMA NA PERSPECTIVA FREIRIANA .....</b>	<b>37</b>
<b>6. EDUCAÇÃO POPULAR .....</b>	<b>40</b>
<b>7. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO .....</b>	<b>46</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A família e a escola se constituem como as primeiras instituições de saberes que perpassam a vida do indivíduo, são conhecimentos que embora tenham linguagens diferentes inicialmente, se fundem no processo do aprender ao longo do percurso. E o diálogo entre essas duas instituições é de fundamental importância para que o processo de aprendizagem de fato se efetive na formação do indivíduo.

[...] Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante com escolas, salas, professores e métodos pedagógicos. (BRANDÃO, 2002, p. 4)

A educação, embora não especificada dentro dos lares, está presente a todo o momento para aquele “novo membro” que chega à família e à comunidade. Todo preceito familiar, as regras de sobrevivência na sociedade, as regras de etiqueta, as ervas medicinais que podem tomar e as que não podem, “o que pode” e o que “não pode” fazer. Todos os ensinamentos necessários para inserção na sociedade advêm de ensinamento não formal, tendo a família como primeiro mediador nesse processo necessário e natural. A escola surge em seguida com procedimentos mais estruturados e que dialogará com os ensinamentos prévios que aquele educando chega, ou o que, pelo menos se espera no diálogo entre família e escola no decorrer do processo educacional.

Dessa forma, não é somente na escola que o aluno aprende, a educação está presente em todos os espaços sociais. A escola é uma das várias possibilidades onde a educação acontece, de forma estruturada e mais direcionada. Ademais, o conceito de educação está se expandindo e se faz necessário esse olhar atento do “sujeito” enquanto sociedade que cria e modifica como mediador dessa educação, elencado por Brandão (2002, p. 4):

Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas.

Nesse sentido, a escola como instituição do saber, não pode ensinar de uma forma única, para uma única cultura, um único povo. Espera-se que esse espaço seja o reflexo da sociedade a que se dispõe atender, com seu jeito único, mas plural nas suas características. Essa diversidade educacional possibilita que ao final do processo possam ser somadas as distintas experiências para alcançar como denominador comum, o conhecimento.

Os saberes populares são temas transversais que dialogam com o currículo escolar e, como fazem parte do cotidiano dos educandos, facilitam o processo de aprendizagem pela apropriação que os mesmos têm desses saberes. Fragmentar o conhecimento é criar barreiras para que de fato esse conhecimento se consolide. Trazer para dentro da sala de aula situações reais do seu cotidiano, não só facilitará o processo de aprendizagem, mas tornará o educando protagonista do seu processo.

Marti Sala e Onrubia (apud DÍAZ, 2011, p. 32) trazem a importância de uma aprendizagem pautada a partir de uma relação significativa:

A aprendizagem será muito mais significativa na medida em que o novo material for incorporado às estruturas de conhecimento de um aluno e adquirir significado para ele a partir da relação com o seu conhecimento prévio. Ao contrário, será muito mais mecânica ou repetitiva na medida em que se produzir menos essa incorporação e atribuição de significado, e o novo material será armazenado isoladamente ou por meio de associações arbitrárias na estrutura cognitiva.

Esses debates se fazem urgentes e necessários em meio à situação de “omissão” vivenciada por muitos educandos, inclusive por mim no processo educativo, onde o ensino científico foi dissociado dos ensinamentos populares. É preciso resgatar e preservar as histórias que permeiam os espaços educacionais e isso só será possível com muito diálogo, empatia e inclusão de todos os povos. É preciso desconstruir o currículo único tradicional fixado por muito tempo nos espaços escolares, é preciso dar voz e vez aos povos das classes populares, que fizeram e fazem história e estão presentes nos espaços educacionais. É preciso conceber que a educação acontece antes mesmo do educando entrar na sala de aula, com os seus pares, nas trocas cotidianas, como evidencia Brandão (2002, p. 6).

A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser.

Nesse sentido, quando desconstruímos esse conceito tradicional de educação, que é conceber a educação como única e exclusiva dentro dos espaços formais de educação, percebemos a vasta imensidão e a pluralidade desse conceito e das várias formas de aplicação. Percebendo que, os saberes dialogam, interagem e se unifica, e é nesse sentido que os ensinamentos populares podem e devem estar presentes para construção de novos saberes e consolidação dos velhos dentro dos espaços escolares.

E a escolha dessa temática se deu a partir dos estágios obrigatórios, que serviram como um “divisor de águas” para que eu percebesse que nos espaços escolares as participações das famílias ainda se dão de maneira um pouco “tímida”, sem uma interação ativa entre essas duas instituições tão significativas na vida do educando e que se fizeram essenciais ainda mais no contexto pandêmico que assolou o mundo no ano de 2019. E estar dentro da sala de aula é estar aberto aos desafios que a prática impõe. E no contexto atual, em que a pandemia se abateu sobre o âmbito educacional e econômico, há novamente um chamamento para uma adequação em todos os setores e, principalmente, na prática docente, em que o ensinar exige não só a técnica, mas uma adaptação aos desafios diários decorrentes da aproximação entre a casa e a rotina do aluno com a escola.

Essa configuração traz uma reflexão sobre a necessidade de reorganização, adaptação e efetivação ao contexto vivido que foi crucial para o ajuste de algumas questões relativas à parceria família e escola. No entanto, várias questões ainda estão abertas e em processo de adaptação. Por isso é imprescindível uma comunicação ativa entre escola e família para superação dos obstáculos decorrentes de um contexto totalmente atípico do tradicional ensino presencial, e que imprescindivelmente apresentará mais desafios ao longo do processo e uma maior aproximação e diálogo entre esses dois pilares.

Sabemos e entendemos que a aprendizagem não vai acontecer na sua totalidade, sempre ficará algum aspecto ausente no processo de aprendizagem assim como no contexto presencial, em que geralmente não conseguimos abarcar todos os aspectos definidos no cronograma, mas ter uma participação ativa dessas duas bases educacionais com certeza será um facilitador dos desafios que surgirão no decorrer do percurso. Entendemos que, temos um longo caminho a percorrer com medos, expectativas, adaptações, e essa é a base do processo formativo, caminhar por caminhos nunca traçados e melhorar a cada oportunidade a prática docente, ajustando o que deu errado e aperfeiçoando o que deu certo nesse percurso.

Desta forma, o papel da família em face das demandas das aprendizagens da criança vai muito além da parceria família e escola. A família norteará não só os estudos dirigidos e direcionados pela escola, mas permeará e incentivará toda bagagem de experiência com que o

educando chega até a escola, sendo fundamental para seu progresso dentro da sala de aula. A família será um catalisador na diminuição dos eventuais impactos que surgem ao longo do processo de escolarização, em decorrência do acompanhamento ativo e contínuo e também dos inúmeros estímulos realizados, sejam eles, nos momentos em família, nas atividades cotidianas, assim como no incentivo das atividades escolares.

Para Andrade e Estrela (2016, p. 187)

Todas as práticas de leitura e escrita promovidas pela família contribuem de forma ampla para a criança não apenas compreender a tecnologia da escrita, mas também despertar o interesse pela leitura. A participação dos pais ou responsáveis nessas atividades cotidianas é fundamental, pois, nesse processo interativo demonstram interesse e confiança nos filhos, além de proporcionarem oportunidades de manuseio de material escrito diversificado.

A parceria família e escola se faz indispensável quando se trata dos anos iniciais, período este, que a criança está conhecendo o mundo e requer ao seu lado alguém de sua confiança para dialogar com as inúmeras indagações que surgem naturalmente no decorrer do processo. Essa parceria e esse acompanhamento de perto, só favorece as novas aprendizagens que surgem.

A educação é feita a mãos, nas famílias, nas ruas, nas instituições religiosas, nas escolas. Dito isso, cada pessoa é responsável pelo fracasso e pelo sucesso da educação. E se conscientizar desse papel enquanto educador nos dará aporte para ficarmos vigilantes da nossa função na sociedade enquanto ser social que modifica seu espaço através de suas ações. Tendo que a educação não é uma “receita de bolo” pronta, cada ambiente escolar vai apresentar suas dificuldades, sendo eles superados em parceria (família e escola) ao longo do processo. Afinal, a educação está presente nos diversos lugares e estamos constantemente aprendendo e ensinando algo, segundo Brandão (2002, p. 3):

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender- e -- ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.

Dessa maneira, a educação está presente nos mais variados espaços, segundo Brandão (2002). A questão é que no decorrer do processo escolar tradicional ela se fragmenta, tornando a escola como única difusora desse saber e que, conforme pesquisas bibliográficas, impacta de uma maneira ou outra na vida dos educandos. E essa pesquisa vem no intuito de evidenciar a

importância dessa parceria família e escola ao longo do processo de ensino e aprendizagem na vida dos educandos.

A partir do exposto e com base nas pesquisas, suscitou-se os objetivos gerais e específicos, trazendo como problema a seguinte questão: De que maneira a escola, enquanto instituição de saber estruturado, pode estar dialogando com os conhecimentos populares? O Projeto Político Pedagógico (PPP) pode ser pensado como instrumento capaz de favorecer a participação da família?

Dessa forma o objetivo geral busca compreender a importância da relação da família no processo de aprendizagem nos anos iniciais, tendo como objetivos específicos: 1. Identificar a relevância da presença das famílias no âmbito escolar; 2. Verificar as estratégias utilizadas pela escola para aproximação da família do convívio escolar do aluno; 3. Entender a importância da participação da família no processo do desenvolvimento da criança nos anos iniciais.

Assim sendo, o trabalho está subdividido em 8 capítulos. O primeiro capítulo, refere-se a introdução, trazendo recortes relevantes da pesquisa para uma compreensão da totalidade do trabalho, seus objetivos gerais e específicos e a pergunta norteadora. Segundo capítulo, aborda o percurso metodológico e abordagem metodológica. Terceiro capítulo, vem trazendo um breve levantamento histórico sobre a ausência de alguns povos na construção cultural do país. O quarto capítulo, traz um relato autobiográfico acerca dos conhecimentos em família e algumas lembranças escolares relevantes para discussão da pesquisa. O quinto capítulo aborda a visão Freiriana sobre uma educação autônoma. O sexto capítulo, discorre sobre a importância da educação popular nos espaços escolares. O sétimo capítulo, evidencia a relevância do Projeto Político Pedagógico dentro dos espaços escolares. O oitavo capítulo, explana a importância da pesquisa.



## 2. PARADIGMAS CIENTÍFICOS E ABORDAGEM QUALITATIVA

A ciência sempre foi uma aliada para os anseios advindo da sociedade, embora nos períodos remotos, menos estruturada, mas sempre trilhou e buscou resposta com bases científicas para as várias questões de ordem natural e social. Assim sendo, os paradigmas científicos decorem a partir das revoluções científicas partindo de conceitos preexistente que não condizem mais com a necessidade do momento.

Da mesma forma, o Saber Popular sempre esteve presente nas diversas comunidades, onde o Saber Científica ainda não era um conhecimento acessível e de todos, o saber popular, foi primordial para as demandas que surgiam, principalmente para as questões de saúde, onde as folhas medicinais que a comunidade tinha conhecimento de suas propriedades, serviam de cura para os que necessitavam.

Embora seja dois conhecimentos de bases diferentes inicialmente, nas suas abordagens, na sua construção, na forma de aprendizagem, eles se conectam em vários momentos, sejam eles no resultado, sejam eles na importância para as diferentes comunidades. E pensar numa abordagem inclusiva, intensificando a importância do Saber Popular dentro da sala de aula, não é favorecer um em detrimento do outro, mas colocar em evidência a relevância desses dois saberes dentro da sala de aula e suas interações ao longo do processo.

Pensar em uma educação autônoma e democrática, que priorize os diferentes saberes dentro da sala de aula, é pensar em um espaço em que os vários saberes interagem sem prevalência de um saber sobre o outro, buscando sempre colocar em destaque a importância desses saberes para as diversas comunidades que utilizam de saberes diferentes.

Sendo assim, nesse capítulo abordaremos o delinear dos paradigmas científicos e suas definições, o caminho trilhado da pesquisa em questão, a abordagem e o tipo de pesquisa, evidenciando sua importância, seus contornos, mas destacando a relevância de uma abordagem diversificada e inclusiva dos saberes.

Santos (2010) traz em seu texto “Um discurso sobre as Ciências”, questões acerca da transição dos paradigmas científicos e da complexidade das questões que os cercam. No decorrer da história científica existiram momentos que demarcaram o que Santos (2010) traz como paradigmas científicos e que são divididos em: Paradigma moderno, Crise do Paradigma e Paradigma emergente.

O paradigma moderno ou paradigma dominante, demarcado entre os sec. XVI e XIX, mostra uma racionalidade científica pautada nos “princípios epistemológicos e pelas suas regras

metodológicas” (Santos, 2010, p. 3), além de estar situado no positivismo, onde as ideias centrais são baseadas na quantificação de resultados, previsibilidade, racionalidade e onde através de sua repetição é possível sua reprodução. Esse saber defendido no paradigma moderno exclui todas as maneiras anteriores de aquisição de conhecimento do período teológico e metafísico, período onde as questões eram respondidas por entidades que eram tidas como deuses e pela razão respectivamente.

As questões de senso comum deram lugar às questões de cunho científico no paradigma moderno, que descartava toda experiência tida como imediata, como traz Santos (2010). As contribuições que essa racionalidade científica instaurou no período moderno foram de grande importância para a sociedade precursora e para as gerações que se sucederam, em virtude das respostas mais claras e objetivas.

A Crise do paradigma, sec. XX, surge com a necessidade de questionar algumas coisas tidas como verdades absolutas e o anseio pela fusão dos conhecimentos científicos com os conhecimentos empíricos. Essa Crise, instaurada por diversas condições, segundo Santos (2010), traz o reflexo do avanço científico ainda no período moderno que propiciou a Crise do Paradigma, mostrando uma fragilidade das bases estruturais no paradigma anterior. As questões que surgem na Crise do Paradigma mostram como as teorias tidas como “certas” no paradigma moderno, perdem o sentido com novos questionamentos e novos direcionamentos. Uma das grandes questões que surgiram e que foi o epicentro da Crise do Paradigma, diz respeito à teoria da relatividade, sendo considerada uma grande teoria até os dias atuais.

No decurso do sec. XX, surge o paradigma emergente, em uma busca de uma ciência mais direcional, mais humanística, onde a divisão entre as ciências sociais e naturais não se efetiva, colocando o homem como protagonista da sua produção de conhecimento. Santos (2010) elenca as quatro teses do paradigma emergente que foram cruciais para as reflexões científicas, sendo elas: “1) todo o conhecimento científico-natural é científico-social; 2) todo o conhecimento é local e total; 3) todo o conhecimento é autoconhecimento; e, por fim, 4) todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”.

Na primeira tese do paradigma emergente, não há necessidade de fazer uma distinção entre ciências naturais e ciências sociais, visto que o foco seriam as ciências sociais, desfazendo uma demarcação existente ainda no paradigma moderno.

Na segunda tese, Santos (2010) evidencia que o conhecimento local não é descritivista e o total não determinístico. Ao contrário da ciência moderna, na pós-moderna o conhecimento

progredir na mesma projeção que o estudo se expande.

Na terceira tese, Santos (2010) traz que a ciência moderna sempre distanciou os “homens” enquanto sujeito que produz, sendo “um conhecimento objetivo, fático e rigoroso”, situação esta, que alicerçou a divisão do sujeito e objeto. Nesta terceira tese, Santos (2010) traz “que o objeto é uma continuação do sujeito por outros meios”, mostrando que as produções estão inteiramente ligadas aos que produzem.

Na quarta e última tese, intitulada por “todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”, Santos (2010) traz que “a ciência moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo e que esse pouco por mais que se amplie, será sempre exíguo [...]”. Continuando, Santos (2010) ainda evidencia que, “Se faz do cientista um ignorante especializado, faz do cidadão comum um ignorante generalizado”. Esse conceito engessado do conhecimento científico na ciência moderna, dá lugar na ciência pós-moderna a uma valorização do conhecimento vulgar e uma acessibilidade do conhecimento científico.

As pesquisas científicas sempre foram de grande importância para sanar várias questões que inquietavam a sociedade. Essas contribuições são muito significativas para as questões naturais e sociais. E serviram ao longo dos anos para que novas demandas fossem surgindo, a partir das reformulações das pesquisas anteriores. Nesse sentido, a minha pesquisa, tendo como título “A importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança”, dialoga com uma das teses apresentada por Santos (2010) do paradigma emergente, denominada como: “todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”. Pois, todo conhecimento científico construído dentro do âmbito escolar deveria estar ligadas às questões vivenciadas pelos educandos.

Sendo uma pesquisa com foco principal nas questões de ordem individuais e coletivas, e que ocorrem tanto no âmbito escolar quanto no âmbito familiar, nos permitimos dessa forma um olhar sensível às questões subjetivas que envolvem o tema supracitado. Enquanto no paradigma emergente as questões estão voltadas para a valorização do conhecimento do sujeito, as questões de ordem qualitativas vêm no intuito de valorizar os assuntos imensuráveis que serão dialogadas no tópico seguinte.

## **2.1. Pesquisas Qualitativas**

As pesquisas qualitativas, ao decorrer dos anos, foram se mostrando primordiais no

campo das ciências, embora essas pesquisas qualitativas se mostrem complexas por tratarem de assuntos subjetivos. Mas, em vários momentos, essas pesquisas qualitativas serviram de denúncias de situações vividas ou até mesmo de comparativos entre o passado e o presente, como sinaliza Chizzotti (2003).

Nesse sentido, as pesquisas qualitativas, que até então eram consideradas sem nenhuma relevância, ganham novos contornos e mais aprofundamento, partindo de uma pesquisa mais superficial para uma pesquisa mais específica ou mais detalhista como afirma Minayo (1994, p. 21-22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados [...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Observa-se que, com os avanços das pesquisas qualitativas, vários momentos foram demarcados com mudanças significativas, segundo o autor Chizzotti (2003, p. 5 -11), ocorridos em cinco momentos da história. O *primeiro marco* evidencia o romantismo e o idealismo onde foram evidenciadas “as fases evolutivas pregressas da sociedade europeia ocidental, contraposta a outros povos colonizados ou a cultura primitivas”.

O *segundo marco* é marcado pela pesquisa etnográfica, onde “busca fundamentar a descrição científica das observações sobre a vida do “outro”. O *terceiro marco* é momento em que “a pesquisa qualitativa se consolida como um modelo de pesquisa” e onde o embate entre pesquisas qualitativas e pesquisas quantitativas acontece.

O *quarto marco* se dá a partir das expansões das pesquisas e pelos incentivos nos estabelecimentos educacionais públicos e privados nos anos de 1970 e 1980, além dos vários temas que surgem de cunho qualitativo e que se distanciam dos referenciais positivistas, percorrendo mais questões direcionadas e delimitadas. O *quinto marco* é demarcado pela “confiança nas teses da “sociedade do conhecimento” e o “fim das ideologias”.

Portanto, as pesquisas qualitativas ampliam o leque de questões que podem ser exploradas sem deixar “furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la” (Chizzotti, 2003, p. 13).

Nesse sentido, a pesquisa intitulada “a importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança”, não se configura como método nomotéticos, pois refere-se a uma abordagem ampla e igualitária, mas define-se como pesquisa qualitativa, pois as análises bibliográficas analisadas serão subjetivas, sendo impossível quantificar por se tratar de dados relacionais.

## 2.2. Abordagem de Pesquisa

Todo pesquisador necessita de embasamento para sustentar ou responder as questões que o instigam, devendo o mesmo recorrer a recursos que possibilitem tal resposta, a exemplo de “[...] livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes” (Pizzani, Silva, Bello, Hayashi, 2012, p. 2), recursos estes, que se tornam primordiais quando se trata de uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica ou revisão de literatura tem várias finalidades, tais como:

“a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico.” (PIZZANI, SILVA, BELLO, HAYASHI, 2012)

Essa múltipla abordagem possibilita ao pesquisador percorrer várias nuances de forma mais direta e mais assertiva se utilizado o método certo. Nesse sentido, esta pesquisa busca evidenciar a importância da família no processo de ensino e aprendizagem, através de livros, artigos e periódicos que sejam capazes de dialogar com as várias questões existentes dentro da temática.

Se tratando de coleta de dados, a pesquisa qualitativa, oportuniza ao pesquisador uma análise não tão rígida se comparada ao método quantitativo, isso porque a pesquisa vai além do que é perceptível. Câmara (2013, p. 3) evidencia que, “o método qualitativo não se opõe em essência ao quantitativo, vem abranger e suprir questões que não se limitam à descrição de dados “duros”, numéricos, sem face ou personalidade [...]”. Nesta mesma etapa, o caminho a ser conduzido perpassa por levantamentos documentais, uma pré-leitura ou leitura flutuante, para escolha definitiva do material de acordo com a temática e por fim exploração do material, etapas estas trazidas por Câmara (2013, p.5).

Desta forma, esta pesquisa busca entender e relatar as relações que acontecem entre aluno, professor e família, suas implicações dentro do âmbito escolar e as contribuições significativas desta relação. Segundo Godoy (1995, p. 58 apud CÂMARA, 2012, p. 3-4):

a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Assim sendo, o campo qualitativo abarca várias questões de ordem individual sem a necessidade de mensurar dados concretos, pois o pesquisador está em contato direto com a fonte ou a realidade pesquisada. Desse modo, é de fundamental importância que o pesquisador, enquanto cientista que busca o conhecimento, esteja sensível às múltiplas realidades, personalidades, pluralidades e subjetividades que cada pesquisa pleiteia.

### 3. UM BREVE LEVANTAMENTO HISTÓRICO

Na trajetória escolar e nos registros oficiais, a data de 22 de abril de 1500, nos é ensinada, como o período histórico do descobrimento do Brasil pelos Portugueses. Contrário a essa afirmativa, Freire (2000) faz uma reflexão sobre o significado da palavra descobrimento. Para ele, esse discurso é do colonizador, uma vez que, “não descobriu, mas conquistou”, levando em consideração os povos indígenas que já povoavam as terras brasileiras.

O escritor Reinaldo Lopes, em uma entrevista para a TV Cultura em janeiro de 2018, destaca ainda a inexistência de escritos dos povos indígenas. Ele afirma que, tudo que se tem, são raros registros da visão dos povos portugueses descrita na carta de Pero Vaz de Caminha, que narrou o primeiro contato com os autóctones, como: “Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram.” [Carta de Pero Vaz de Caminha, 1500].

Embora com o avanço da ciência, em que os estudos mostram a diversidade dos povos indígenas, “modos de vida distintos, sociedade hierarquizada, divisão social”, os livros didáticos ainda apresentam os povos indígenas de uma maneira engessada, sem ressaltar sua riqueza cultural. Desse ponto de vista, é destacado pelo arqueólogo Eduardo Góes (2018) através de estudos arqueológicos. Durante muito tempo, essa visão eurocêntrica, distorcida, preconceituosa e única dos colonizadores sobre os povos indígenas, considerados selvagens, foi reproduzida nos livros didáticos e refletida no cotidiano, fazendo com que, criassem no imaginário, figuras folclóricas dos povos indígenas. Essa visão errônea e existente nos livros didáticos e dentro da sala de aula foi responsável pela exclusão de algumas etnias e de seus saberes, saberes e povos que, contribuíram muito para a construção história e cultural do país, saberes estes, que deveria estar presentes dentro da construção educacional para discussão central dentro da sala de aula. Segundo Bittencourt (2013 apud Ferreira, 2019, p. 127) “Essa invisibilidade ainda está nos livros didáticos e nos currículos de história e reflete o saber oficial, a visão das elites, sejam elas políticas, culturais ou econômicas”. Nessa perspectiva, é válido se questionar e ficar atento como futuros professores e professores atuantes, quais são os conteúdos que estão sendo dialogado dentro da sala de aula e de que forma esses conteúdos serão reproduzidos no dia -a- dia. Esses questionamentos são de extrema importância, para que, mesmo ciente dos conteúdos inseridos sem um aprofundamento, sem nenhuma identificação cultural e social na maioria das escolas, o professor frente a sua autonomia como educador

possa e deva, estar apresentando alternativas que deverão ir de desencontro dessa reprodução elitista e eurocêntrica para que dessa forma, essa reprodução não se perpetue e não exclua os povos que também fazem parte da construção histórica do país dentro e fora dos espaços escolares. Freire destaca ainda que:

a presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico, mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados inferiores, quase bicho, nada disto pode ser esquecido.(FREIRE,2000, p.34)

Nesse sentido, diante dessa destruição histórica como traz Freire, evidenciamos a importância de estar desconstruindo e reafirmando a todo momento, quais eram os povos que já se encontravam nas terras brasileiras? Qual a importância desses povos para a construção da nossa identidade? De que forma os povos, contribuíram para o processo organizacional da população brasileira?

Dessa forma, é possível fortalecer o processo de construção social e cultural dos estudantes, valorizando o legado dos povos e fortalecendo a todo momento nos diálogos escolares que, os povos indígenas e africanos foram e ainda são, parte constitutiva da população brasileira. Desse modo, é fundamental as construções de reflexões sobre os povos indígenas e africanos, e não apenas, reservando o dia 19 de abril e 20 de novembro para abordagem desse relevante conteúdo cultural. É preciso desconstruir as figuras caricatas que são utilizadas para representar esses povos, essa forma de representação está distante de uma construção crítica, histórica e cultural. É imprescindível que toda a comunidade escolar, esteja ciente, de forma crítica e reflexiva, a importância da pluralidade cultural dentro dos espaços escolares para o conhecimento, valorizando e respeitando o processo de construção histórico-cultural individual. Só desta maneira, com abordagem intensas de cunho crítico e reflexivo e de respeito mútuo com as diferenças culturais, será possível uma construção pautada no respeito com a diversidade e a inclusão de todos na comunidade escolar.

O Brasil é hoje, resultado de um árduo processo de miscigenação cultural, iniciado ainda no período colonial com a mistura dos povos indígenas, portugueses, africanos e europeus. Embora as recentes pesquisas do recenseamento demográfico do IBGE, revele uma incoerência nos dados realizados, levando em conta o processo de miscigenação do país, onde traz no seu último levantamento de dados no período de 2012 a 2019, numa pesquisa nacional que 42,7 da população se classifica como branca, 9,4 como preta, 46, 8 como pardas e 1,1 como



indígena, revelando o abismo da falta de fortalecimento racial dentro dos espaços escolares e familiares.

Resultado desse negacionismo racial, resultante de todo processo colonizatório, observa-se hoje uma sobreposição cultural em que, a cultura de um povo é mais significativa do que o outro, ou seja, tem explicitamente uma pirâmide de valorização dos povos. Essa sobreposição fica ainda mais evidente, quando em um país majoritariamente de povos negros, tem-se em um levantamento do IBGE, metade da população que se considera branca. É válido questionar o que leva pessoas a negar em um questionário, o ocultamento de sua origem. Ausência da valorização das etnias? O histórico sofrido de sua origem? Segregação, preconceito, discriminação e estigmatização, noticiados rotineiramente nas mídias sociais e televisivas em pleno sec. XXI? Florestan Fernandes (apud Eduardo Nunomura, 2017) traz que “A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça”.

Nessa perspectiva, tanto a escola como a comunidade escolar em si, têm um significativo papel de (des) construir questões até então enraizada, trazendo e fortalecendo para os espaços escolares o respeito as diferenças e a valorização de todos os povos de forma cômsona, levando em conta que, as classes que “organiza” os conteúdos no seu lugar de privilégio, jamais o fará. A escola tem um papel importante nesse fortalecimento, por ser um espaço plural em todos os sentidos, além de ser responsável, assim como a família de ensinar valores para a formação do cidadão (ã) em sua plenitude.

A comunidade escolar se configura com a mistura de vários povos, e desta maneira, devem estar igualmente abordados e representados no espaço plural em que a escola se configura, mas é preciso que, as abordagens acerca desses povos e de vários temas ocultados ou apresentados de forma superficial, esteja de forma constante nos currículos escolares, temas norteadores e representativos. Dessa forma, é importante o fortalecimento da comunidade como um todo, pois, as pessoas que ocupam um lugar de privilégios, não sabem ou pelo menos fingem não saber e nem tem interesse de mudar uma realidade que não os atingem. A comunidade deve se unir em busca dos seus interesses, sejam eles representativos ou igualitários. É de extrema importância, que a comunidade escolar se visualize e se conscientize como agente transformador, dialogando e fortalecendo os povos que ocupam aquele espaço. É essencial entender que, as vozes que ecoam o espaço educacional sejam uma voz uníssona, para desta forma, quebrar as barreiras físicas e estruturais que a sociedade as impõe. Sabemos que, além das barreiras físicas, é necessário um trabalho árduo de conscientização da importância do saber

individual, do saber coletivo e reforçar suas potencialidades enquanto sujeito, (des) construindo as barreiras alicerçadas ainda no período colonial de maneira intencional para a desvalorização de alguns saberes.

É preciso acompanhar o processo de mudança dessa população, é preciso aceitar, entender e respeitar que, indígenas também moram em casa, tem carros e usam roupas. É preciso entender que os povos africanos foram escravizados, não eram escravos. É preciso entender que o Brasil já era povoado pelos indígenas, portanto, não foi descoberto. É preciso refletir sobre o olhar dos indígenas acerca da invasão dos portugueses nas suas terras, sobre aqueles homens vestidos, aquelas comidas oferecidas na intenção de criar um “laço de amizade”, os adereços dos portugueses que remetiam as riquezas naturais das terras brasileiras. É preciso sair da visão dos colonos e colocar a visão dos indígenas em cena.

É urgente a centralidade de temáticas até então ausentes pela estrutura governamental nos livros didático e colocar como centro dessas discussões, não só os povos indígenas, mas também todos aqueles povos que foram e são ocultados dentro do espaço educacional. Desta forma, “[...] O passado não se muda. Compreende-se, recusa-se, aceita-se, mas não se muda” (Freire, 2000).

Nesta perspectiva de desconstrução dessa visão única dos povos portugueses, as recentes pesquisas, através da paleontologia, voltadas para resgate “real” dessa história, mostra um novo “olhar” para os nativos que habitavam as terras brasileiras, revelando-se a diversidade cultural construída por esses povos indígenas, e que, acabaram influenciado as populações posteriores como cita Sodré (2019, p. 122). Essas pesquisas, se configura no contexto histórico um grande avanço para a valorização desses povos, mas sabemos que é preciso, para além da confirmação da importância e da sua contribuição durante esses anos, levar essas pesquisas para dentro da sala, colocar em destaque a pluralidade desses povos, a diversidade cultural e a importância que eles tiveram e tem para a construção do país ao longo desses anos, para que, dessa forma, esses saberes sejam disseminados. Elza Nadai (1985 apud Ferreira, 2019, p. 127) traz que, “a escola deve pensar em um modelo pedagógico que atenda as amplas demandas da população. Nesse sentido, tendo o Brasil quase um milhão de indígenas, é urgente a visibilidade desses grupos nos livros didáticos”. Nessa perspectiva, o livro didático tem um papel crucial para o processo de aprendizagem escolar do aluno e para sua visão crítica e intelectual, devendo estar pautado na pluralidade, acolhimento e representatividade dos povos que a escola predispõe a servir, mesmo diante de “impasse” de algumas escolas na escolha dos livros, é urgente a discussão e (des) construção dessa temática nos espaços escolares.

Se reportamos ao período em que surgiu o livro didático no ano de 1938, Verceze e Silvino (2017, p. 86) traz que: “o livro era considerado um instrumento da educação política e ideológica, sendo o Estado caracterizado como censor no uso desse material didático”. Nesse contexto, o povo seria só o receptor de uma educação bancária, sendo o estado responsável pelos assuntos que iam ou não ser ensinados dentro da sala de aula, o povo era apenas mero expectador. Essa ausência da participação da comunidade escolar em nada contribui para uma visão crítica, levando em conta que, a criticidade é um dos eixos central da formação dos educados e é de fundamental importância para a construção humana no processo educacional e moral. A invasão cultural trazida por Freire (1987) no livro pedagogia do oprimido, dar uma dimensão dessa sobreposição cultural e ausência desses povos nos livros didáticos. Se reportarmos ao contexto histórico, em que os indígenas considerados selvagens, foram apresentados a civilização na visão dos colonos, vamos ter uma ideia da intencionalidade dos livros didáticos, onde essa ausência vai muito além das invisibilidades dentro e fora da sala de aula. Freire (1987, p. 94) traz que, “toda dominação implica numa invasão, não apenas física, visível, mas às vezes camuflada, em que o invasor se apresenta como se fosse o amigo que ajuda”. Essa falsa ajuda, é na maioria dos livros didáticos a centralidade do descobrimento do Brasil, onde os colonos, numa visão elitista, misógina, patriarcal e eurocêntrica, têm os indígenas como uma raça “sem civilidade”.

O livro didático é um dos instrumentos indispensável e por vezes único dentro da sala de aula e devem contemplar “às atuais exigências de uma Educação do século XXI, na qual o conhecimento, os valores, a capacidade de resolver problemas e aprender, como a Alfabetização Científica e Tecnológica, são elementos essenciais.”. (Verceze e Silvino, 2017, p. 86-87). Nesse sentido, é de fundamental importância que o livro didático esteja contemplando a todos dentro da diversidade, que a escola se compõe, priorizando e destacando questões raciais, culturais e estruturais, até então, quase que inexistente dentro dos espaços escolares, para que desta forma, a Escola enquanto instituição de saber, cumpra de fato o seu pré-requisito, que é o conhecimento. Visto que, o livro didático, ainda é na maioria das escolas, o único suporte para o diálogo do conhecimento, em função da precarização do trabalho e por isso, se faz necessário que ele seja completo ou pelo menos que, as discussões centrais da realidade dos educandos estejam presente para um diálogo justo entre todos (as), como traz Soares (2002, p. 2 apud Verceze e Silvino, 2017, p. 90):

Há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro do trabalho dele. Na verdade isso dificilmente se concretiza, não por culpa do professor, mas de novo vou insistir, por culpa das

condições de trabalho que o professor tem hoje. Um professor hoje nesse país, para ele minimamente sobreviver, ele tem que dar aulas o dia inteiro, de manhã, de tarde e, freqüentemente, até a noite. Então, é uma pessoa que não tem tempo de preparar aula, que não tem tempo de se atualizar. A consequência é que ele se apóia muito no livro didático. Idealmente, o livro didático devia ser apenas um suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz básica do professor no seu ensino. (SOARES, 2002, p. 2).

Pensar em novas estruturações dos livros didáticos através das ações dialógicas que contemplem a todos, é fortalecer e desmistificar dentro e fora da sala de aula às visões eurocêntrica que se tinha até o momento, é urgente colocar em destaque e trazer para dentro da sala de aula os povos que de fato, fazem parte da identidade do país, trazer e colocar em discussão todo esse processo colonizatório de forma crítica e dessa maneira desconstruir essa visão heroica usurpada pelos colonos. Segundo Ferreira (2019, p. 128) “Acabar com a invisibilidades dos indígenas em sala de aula é uma tentativa de perceber e afirmar a contemporaneidade desses povos nos livros didáticos e também de aproximar-nos dessas sociedades e culturas [...]”. Dar visibilidade, aos povos que passaram ao longo dos anos invisíveis à margem de uma sociedade elitista, hegemônica e patriarcal é devolver a dignidade que foi ao longo desses anos roubada de forma cruel e desumana. Colocar como protagonistas esses rostos e contar a real história desses povos estampando os livros didáticos não pagará uma dívida histórica, mas trará novas perspectiva de vida, de humanidade na valorização desses povos que contribuíram e contribui para a história do país.

Nesta perspectiva, Vasconcellos, Alonso, Lustosa (2000) afirma que, “nossa cultura não é herdeira direta e somente da cultura portuguesa; ela se constitui numa diversidade de culturas e é o resultado de um longo processo conflituoso, ainda em construção nos dias atuais”. Sabemos que, temos um longo caminho, árduo e conflituoso pela frente e dar destaque a questões até então, pouco discutida, já se configura um grande passo para o resgate de uma história ocultada ao longo dos anos em virtude do processo de colonização. Como escola, centro de construção e desconstrução constante de conhecimento é necessário esse olhar sensível e crítico das demandas centralizadoras que a escola necessita, colocar os povos indígenas e dos demais povos que foram invisibilizados enquanto cidadãos (ã) ao longo desse processo de colonização é o que se espera de uma instituição de ensino inclusiva. Verceze e Silvino (2017, p. 93) evidencia que:

[...] os livros didáticos, ainda hoje, possuem um conteúdo unificado com textos específicos e em grande parte só literários que não atendem às necessidades de todas as camadas sociais, o que causa grandes dificuldades para se desenvolver efetivamente um trabalho pedagógico com enfoque nas peculiaridades regionais. E isso acaba por exigir do educador, cada vez mais, um “jogo de cintura” ou esforços “heroicos” para adaptar os livros à realidade de seus alunos, visando a aproximar o

ensino-aprendizagem à ‘visão de mundo’ que cada aluno traz ao ingressar na vida escolar.

Essas reproduções nos livros didáticos de realidade, as vezes não vivida por parte dos alunos faz com que, o processo de ensino- aprendizagem se torne cada vez mais difícil, visto que, eles não se reconhecem como sujeito da sua própria história em virtude da ausência da representatividade de seus povos como protagonista nos livros didáticos. E essa inexistência de característica regionais acaba por vezes influenciando de forma direta ou indiretamente na desvalorização de um povo e supervalorização de outros.

Embora têm-se discutido muito sobre o papel do livro didático e realizado várias reformulações, “[...] o livro didático continua sendo um instrumento de reprodução da ideologia e do saber oficial” (Ferreira, 2019, P. 130), o que acaba por vezes não abarcando toda a diversidade e especificidade que a escola compõe. Nesse sentido, é urgente as discursões e reflexões para uma (des) construção de uma estrutura pautada na exclusão de alguns povos e no fortalecimento de outros, sendo de grande importância a união da comunidade escolar para a inserção e o fortalecimento de um currículo que contemple e descentralize as visões do colonizador que permeia os espaços escolares.

Essas representações refletidas nos livros didáticos se devem muito ao processo de colonização, uma vez que, “[...] a escola constitui-se com a ausência de sistematização do ensino dos povos originários” (Souza, Drigo E Silva, 2015, p. 54). Nesse sentido os estudos apontam além dessa ausência intencional da inexistência de uma educação diversificada e plural a intencionalidade de extinção das culturas, principalmente as indígenas no processo educacional por parte da escola, como traz Souza, Drigo e Silva (2015, p. 54) “[...] a escola atua como instrumento para a política de extermínio simbólico das tradições, das culturas e de mais de mil línguas, ou seja, extermínio das identidades de inúmeros grupos de povos originários. ”. Nesse contexto, é urgente uma (des) construção reversa, uma vez que, as estruturas organizacionais se beneficiam com a ausência desses povos, é preciso, que a comunidade escolar fortaleça e intensifique a inclusão desses povos dia-a-dia numa missão árdua e incansável. É preciso estar sensível as questões étnicas raciais dentro dos espaços escolares, é preciso que a comunidade escolar, se una para defender a representatividade desses povos em todos os espaços. É preciso ser escola de todas as cores no currículo, no diálogo e nas ações.

Dessa forma, só de maneira dialógica, trazendo e fortalecendo os Saberes Populares para dentro dos espaços educativos, teremos resultados significativos, mediante ações que priorizem todos os saberes, com participação ativa das famílias e toda comunidade escolar, levando em conta suas particularidades, seus anseios e suas perspectiva de educação perante a escola.

#### 4. INQUIETAÇÕES E VIVÊNCIAS PARA UMA BUSCA EPISTEMOLÓGICA

Desde os primórdios os ensinamentos passados se davam ainda no seio familiar, fatos que sucedem até os dias atuais. As crianças têm suas famílias como base para inserção na vida social, é nesse ambiente que o diálogo com o mundo externo acontece. Posterior a essa etapa, a escola surge como aporte para consolidação, efetivação e apresentação dos demais conhecimentos que a família, até então, não consegue abarcar. Porque quando o aluno vai para sala de aula, ele não vai como tabula rasa, leva a bagagem de saberes que é construída no seio familiar, nas relações cotidianas e nas trocas diárias. Nas trocas cotidianas e no ambiente familiar os saberes são de ordem espontânea, onde o indivíduo aprende de uma forma não intencional e não estruturada, ou seja, o indivíduo responde aos apelos da vida cotidiana, ele precisa encontrar resposta para seu engajamento social. Na escola, o ensino é de modo intencional, estruturado, direcionado e organizado por parâmetros curriculares que delimitam o conjunto de saberes por faixa etária e por níveis para aprendizagem e todo um planejamento intencional. Havendo, portanto, uma diferença significativa entre o saber apreendido no ambiente familiar e comunitário em relação ao saber apreendido no ensino- aprendizagem escolar.

O conhecimento familiar está marcado por uma hierarquização de saberes, segredos que não podem ser revelados, tradições que são preservadas, sendo compartilhadas de acordo com os preceitos familiares.

Recordo da minha experiência quando minha Dea, que era como eu chamava minha avó. Uma pessoa cheia de vida, sorriso no rosto, que tinha um ritual para fazer o café. O seu café era cheiroso, aquela experiência era de uma simplicidade marcante. O café torrado era para mim, um momento de contemplação, de admiração por cada detalhe que fazia parte daquele momento. Lembro de cada grãozinho que mais parecia uma obra de arte, nesse processo que era de cardeamento do café com a rapadura, não me continha e sempre levava grãos na boca, porque era sempre muito docinho. O cardeamento consistia, no processo onde raspava a rapadura e com os grãos de café ainda no fogo misturava a rapadura, até derreter. Depois de derretida a rapadura, colocava o café em uma peneira, deixando-o esfriar. Depois dos grãos frios, levava ao pilão, e com duas “mãos” de madeira pilava os grãos, esse processo geralmente era feito por duas pessoas, e por fim, cessava para obter o pó fino. Geralmente esse processo de pilar era sempre precedido de músicas antigas (Bambeia pilão, bambeia, bambeia, pilão bambeador, bate palma meu bem, bate palma, palmeior, meu bem palmeior). No final de todo

esse processo de cardear, pilar e peneirar, o café era passado no coador de pano e tomava sempre sem açúcar, minha avó dizia que se colocasse açúcar, pedia o sabor.

Para preparar o café, primeiro, ela tomava banho, lavava os cabelos, porque ela acredita que, se tomasse banho depois de torrar o café, poderia fazer mal e passar a moléstia do tempo. A moléstia do tempo, segundo minha mãe é uma doença que pode entortar a boca, o braço, deixando a pessoa com qualquer sequela, hoje conhecido como derrame. Minha vó e as pessoas do seu tempo, acreditavam que, se fossem expostas as mudanças bruscas de temperatura, poderiam adoecer. Ar do tempo e moléstia do tempo eram consideradas sinônimo. Ainda hoje nas minhas rotinas, quando percebo uma mudança de temperatura, lembro dos ensinamentos da minha Dea e geralmente quando percebo que ao sair do banho quente a temperatura ambiente está baixa, fecho a janela para não entrar o vento frio e passar moléstia do tempo.

Esse conhecimento, que aprendi com minha Dea, conhecimento este, ditado como popular, influencia em meus comportamentos, em minhas vivências, em minha condução de vida que trago como hábito. Esses hábitos, me constitui enquanto pessoa que respeita os saberes hierarquizados, enquanto mulher e enquanto ser, que pertence a roça.

Desde cedo aprendi economia, sempre vi e ouvi o malabarismo que minha avó fazia para criar seus 14 filhos. No almoço era comum, ela pilar o feijão para que rendesse ou colocar mais verdura junto com os ovos para render a omelete.

Aprendi a previsão do tempo muito cedo olhando a natureza, quando via o céu sem estrelas, neblina na serra e formigas de correição descendo, eram sinônimos de chuva, ensinado pelos meus avós. Quando a neblina estava baixa e a formiga de correição subia e o céu estava estrelado, era sinal que o tempo iria esquentar.

Aprendi desde muito cedo, as fases da lua, as plantações sempre eram feitas na lua nova, pois acreditavam meus avós, que eram sinônimo de renovação e boa plantação ou três dias antes e três dias depois da lua cheia, porque também tinha uma boa plantação e colheita abundante. Já na lua minguante, não plantava, não cortava cabelo, não tirava goma, nem batia azeite, porque não rendia.

Aprendi muito cedo a preparação do azeite, o processo por vezes demorado, consistia em cortar o cacho com as oleaginosas, depois desbagava e colocava em um canto abafado por três dias, pois esse processo facilitava soltar as oleaginosas dos espinhos. Depois dos três dias, limpava, colocava em latas e caldeirões para cozinhar, depois de cozido, eram pilados até tirar a polpa dos caroços. Depois colocava a polpa no panacum (cesto de cipó usado para o transporte do que era produzido na roça), que era revestida com palha de banana para ser lavadas na fonte (nascente), processo este que demandava sempre mais de uma pessoa. Na fonte, eram lavadas

as polpas e os caroços e os bagaços eram sempre descartados. Essa polpa era levada para casa para cozinhar novamente, até o azeite ser apurado e estar no ponto de uso, onde era armazenado em litros, que eram destinados alguns para uso próprio e outros para venda.

Minha mãe me recordou que, após esse processo finalizado, sempre ficava uma pasta densa no fundo do recipiente do azeite, conhecido como bambá e que era utilizado para fazer sabão. Esse bambá, era misturado com solda cáustica em fogo baixo até dar o ponto, depois era colocado em uma assadeira forrada com palha de banana, onde permanecia por oito dias ou mais para ser usado como sabão.

Essas atividades, oralizadas, realizadas e finalizadas por adultos, onde as crianças existentes na família sempre estavam participando de maneira coadjuvante, as vezes auxiliando nas atividades menos complexa para incorporar os serviços que ali eram realizados, era de extrema importância no processo do ensinar familiar, imbuindo aos poucos a prática do fazer em si e facilitando a aprendizagem de novos conteúdos, que seriam articulados com os conhecimentos adquiridos posteriormente.

Estas atividades laborais, realizados no seio familiar, são de extrema importância para assimilação e acomodação de novos aprendizados segundo Bock (2005, p. 118 apud DÍAZ, 2011, p. 32):

[...] quando um novo conteúdo (ideias ou informações) relaciona-se com conceitos relevantes, claros e disponíveis na estrutura cognitiva, sendo assim, assimilado por ela. Estes conceitos disponíveis são os pontos de ancoragem para a aprendizagem. Por exemplo, nós estamos aqui apresentando a você um novo conceito: aprendizagem significativa. Para que este conceito seja assimilado por sua estrutura cognitiva, é necessário que a noção de aprendizagem apresentada pelos cognitivistas já esteja lá, como ponto de ancoragem. E esta nova noção de aprendizagem significativa servirá de ponto de ancoragem para o conteúdo que se seguirá.

Nesse sentido, é de grande importância uma educação que dialogue com os conhecimentos prévios dos educandos, conhecimentos estes, que facilitarão na assimilação dos conteúdos apresentados dentro do âmbito escolar. Trazer a família para o processo educativo, vai muito além dos desempenhos dos alunos na sua trajetória escolar, quesito este, igualmente importante, mas é também trazer para dentro da sala de aula, as histórias das Marias, dos Aurelinos, dos Franciscos, das Matildes e de tantas outros que compõem aquele espaço, no intuito de fortalecer, valorizar e preservar aqueles conhecimentos prévios com que os educandos chegam até a sala de aula, colocando-os como autores da sua própria história.



Os recortes culturais de uma tradição familiar, que passou de geração a geração, advêm do que é dialogado, dentro da família em que a escolarização era precária e o pouco que ficou preservado foi através da memória viva, que mesmo fragmentada segue preservada nos diálogos.

A Pedagogia Griô (2001), pedagogia esta, que traz no seu conceito a importância de preservar conhecimentos culturais através da oralidade de geração em geração por mulheres e homens, é conceituada por Dutra (2015, p. 21) como:

O griô, mestre griô ou mestra griô são homens e mulheres<sup>11</sup> guardiões e guardiãs da memória, que possuem suas tradições transmitidas por gerações através da linguagem da fala e do corpo, sendo o indivíduo que valoriza o poder da palavra e da oralidade dentro de determinada comunidade. Podem ser considerados griôs os contadores de histórias, genealogistas, cantadores(a), lavadeiras, congadeiro(a), jongueiro(a), folião(ã) dos reis, capoeiristas, parteira(o), palhaços (a), artistas circenses, zelador(a) de santo, erveira(o), caixeiro(a), carimbozeiro(a), reiseiro(a), tocador(a) de viola, sanfoneiro(a), rabequeiro(a), cirandeiro(a), maracatuzeiro(a), cordelista, pajé, mediadores políticos, artesão(ã), e diversos outros que carregam consigo, a biblioteca viva dos saberes.

Nesse sentido, muito se tem refletido sobre a importância dos conhecimentos advindos da oralidade, da escuta voltada para as comunidades, onde o saber popular é passado dos mais velhos para os mais jovens, tendo a matriarca da comunidade como alguém de referência e “conhecimento vivo”. Os espaços formais de educação, estão incluindo além dos seus conteúdos escritos, roda de conversa interativas, construções de saberes coletivos e reflexões sobre esses conhecimentos. A educação estática, onde a busca por conhecimentos se resumia exclusivamente ao que estava escrito, principalmente dentro das salas de aulas, no qual a oralidade estava cada vez mais distante do processo educativo dos alunos, tem-se desconstruindo aos poucos e é possível a visualização de um novo cenário, em que é visível ver culturas onde a manutenção dessa oralidade se faz de maneira bem vivida, como é o caso do continente africano, em que as palavras dos guardiões da memória são de extrema importância para a comunidade. Esse é um modelo educacional ao qual todos almejam, em que, seus conhecimentos sejam ouvidos, dialogados e posto em prática, onde a comunidade é convidada para a construção desse saber, dessa nova educação e opinar de que maneira pode estar atendendo e atendido por seus anseios diários que decorrem da própria vivência escolar.

A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra. Em compensação, ao mesmo tempo que se difunde, vemos que a escrita pouco a pouco vai substituindo a palavra falada, tornando-se a única prova e o único recurso; vemos a assinatura tornar-se o único compromisso reconhecido, enquanto o laço sagrado e profundo que unia o homem à palavra desaparece progressivamente para dar lugar a

títulos universitários convencionais. Nas tradições africanas - pelo menos nas que conheço e que dizem respeito a toda a região de savana ao sul do Saara -, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Agente mágico por excelência, grande vetor de "forças etéreas", não era utilizada sem prudência. Inúmeros fatores - religiosos, mágicos ou sociais - concorrem, por conseguinte, para preservar a fidelidade da transmissão. (BÃ, 1982, p. 182 apud DUTRA, 2015, p.22)

Embora existam políticas públicas voltadas para a valorização e incentivo da oralidade dentro dos espaços escolares, trazendo para esses espaços os conhecimentos produzidos dentro das comunidades, as escolas ainda estão aquém de um modelo que preserve os conhecimentos através da oralidade. É de extrema importância que a comunidade, estejam atentos para cobrar para o poder público que a lei seja cumprida dentro desses espaços.

Meta: Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões populares e tradicionais implantada. (...) trazer os conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais para dentro da escola. A escola precisa incluir pessoas reconhecidas pela sua própria comunidade como portadoras de saberes e fazeres das tradições. (...) Dar a oportunidade para essas pessoas ensinarem na escola formal é uma maneira de valorizar a identidade, ancestralidade e criatividade do povo brasileiro nos processos educativos. Isso também permite aos alunos vivenciar o aprendizado de tradição oral. (BRASIL, 2012, p. 29 apud GONÇALVES 2013, p. 8)

A criança por si mesma, não é capaz de ter uma compreensão na totalidade do que está vivendo, por isso a importância do resgate a partir dos pais, responsáveis ou pessoas da comunidade, tendo a escola como mediadora para fixação e valorização dos processos construídos nos espaços familiares.

E durante minha trajetória escolar, em nenhum momento veio exemplo de mulheres que fazia malabarismo para criar seus filhos em meio as dificuldades que a sociedade impõe ou conteúdos que dialogassem com a realidade por mim vivenciada, os exemplos apresentados, eram sempre de algo que eu não tinha acesso ou que não conhecia.

Talvez, dentro dos espaços escolares nem todos compartilhem das mesmas experiências e esse contato com o diferente ou com a diversidade humana é essencial para ampliação da visão de mundo. E é nesse sentido, que todos têm algo para contribuir, todos aprendemos e ensinamos algo ao longo da vida e durante as vivências e durante as trocas educacionais.

Esses conhecimentos populares, saberes ancestrais que foram ausentados de todo um processo de ensino aprendizagem, ausentes de fala populares e ausência de protagonismo. Ocultação que ocorreu, ao longo da minha trajetória escolar, de certa forma me inquietou e me norteou para que hoje esteja aqui debruçada em prol de resgatar o que lá atrás foi a mim negado. O ensino era totalmente excludente e silenciado, tendo o livro didático como guia do processo

educativo e que não representava o público que compunha aquela sala e muito menos dialogava com a realidade vivenciada por mim e por muitos dos meus colegas.

Nesta perspectiva, de acolhimento, de reflexão e de ensino pautado na diversidade, Freire (1996, p. 31) faz um chamamento para a educação, trazendo como um dos saberes necessário a prática educativa, o respeito aos saberes do educando, e que este, dialogue com os conteúdos curriculares.

[...] à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária -, mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

É de fundamental importância, esse resgate e conservação dos saberes populares dentro dos espaços educacionais, é impossível dissociar o aluno das memórias afetivas e significativas com que o educando chega até os espaços educacionais.

A escola como um espaço de diversidade, respeito e educação, deve estar atenta, para que esses saberes se fundam, dialoguem e se unifiquem, alicerçando outros saberes de maneira significativa para os educandos.

E estar dentro do espaço escolar, é se abrir ao novo e se permitir aprender com outros, com outras visões de mundo. É perceber que cada pessoa que entra no espaço escolar tem saberes que podem contribuir e muito para o processo de aprendizagem, tornando-os protagonistas do seu processo.

No que concerne, a prática educativa, é indispensável questionar qual escola temos? Qual o professor se encontra dentro da sala de aula? Quais são as condições de trabalho que aquele professor se encontra? E por fim, não menos importante, porque existe uma dificuldade muito grande na aplicabilidade de ações simples e que melhoraria a prática educativa?

Essas inquietações, por vezes simples, mas que se faz necessário diante dos inúmeros insucessos da prática educativa repetitiva e que por vezes se reflete no rendimento escolar e até na evasão escolar, nos dar um norte de onde estamos e de onde queremos chegar, e é justamente esse pensamento simplório, mas extremamente necessário, que conseguiremos alcançar através dessas reflexões crítica uma trajetória de êxito.

Essas inquietações decorem de várias experiências cotidianas dentro dos espaços escolares, são inquietações vivenciais que se desdobram e se intensificam com o passar dos anos, inquietações estas, que precisam em algum momento serem sanadas ou pelo menos amenizadas. Inquietações estas, que em 1996 fizeram Paulo Freire se desdobrar em busca de

melhoria nas práticas pedagógicas, inquietações essas que permeia e que mesmo em meio as discursões se fazem presente no cotidiano escolar.

A prática docente em si é um desafio diário e não existe um modelo fechado, são realidades distintas, são pessoas heterogêneas, com histórias diferentes, com saberes diversos, com perspectivas diferentes em relação ao espaço escolar. Cabe ao professor usar o bom senso trazido por Freire, deixar que as emoções fluam, mas que não se perca o rigor necessário para o processo de aprendizagem.

A prática docente necessita mais que autonomia para mediar a classe, precisa de acolhimento e confiança profissional, para que possam intervir e reagir aos inúmeros casos que atrapalham o processo de aprendizagem.

São várias as demandas que o profissional docente tem que administrar na sua prática docente, demandas estas que as vezes necessita mais que uma capacitação docente para intervir e sucumbir o que aflige o cotidiano escolar. Existe uma complexidade em que o educador (a) precisa problematizar as questões referentes a prática docente, dinamizando de tal modo que implique escutar o educando, dialogando com seus familiares numa atitude de respeito a sua origem.

## 5. UMA EDUCAÇÃO AUTÔNOMA NA PERSPECTIVA FREIRIANA

*Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.*

*Freire, 1996.*

Pensar em uma educação libertadora, reflexiva e transcenda os muros da escola, dando todo o suporte necessário para que, aquele educando(a) possa não só conhecer os conteúdos programáticos disponibilizados no currículo escolar, mas que este aluno possa ter contato com as várias culturas inseridas naquele universo. E essa base, entende-se ser possível, quando os docentes têm autonomia necessária para mediar, o que será aplicado em sala de aula em um diálogo constante e ativo com os educandos, familiares e comunidade.

Nesse sentido, Freire (1996) traz na Pedagogia da Autonomia alguns “saberes necessário à prática educativa”. No primeiro capítulo, dividido em nove pontos, Freire (1996), pontua algumas reflexões imprescindível a prática educativa. Sendo elas: “Ensinar exige rigorosidade metódica”; “pesquisa”; “respeito aos saberes dos educandos”; “crítica”; “estética e ética”; “corporificação das palavras pelo exemplo”; “risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. Esses saberes básicos, de caráter simples inicialmente, são imprescindíveis para uma educação inclusiva e participativa. Estar dentro da sala de aula, é se permitir ouvir os anseios que os educandos com a sua pluralidade chegam até a escola, é se perceber enquanto agente transformador, é dar condições para que aquele educando tenha autonomia nas suas decisões. O princípio que Freire (1996) traz no decorrer do livro Pedagogia da autonomia, nos direciona para uma prática de excelência, mas acima de tudo, igualitária e democrática, onde as abordagens de conhecimento acontecem de maneira bilateral.

A abordagem inicial de Freire no direcionamento do livro Pedagogia da Autonomia, não se dar a partir da seleção dos educadores críticos progressistas, termo usado pelo autor, mas também aqueles que consideram educadores conservadores, pois os ensinamentos necessários a prática educativa é igualmente indicados e importante para ambos educadores, importante ressaltar que essa percepção de correção da própria prática é uma percepção que acontece numa reflexão individual do exercício docente.

Freire traz o livro Pedagogia da Autonomia, como conteúdo essencial para a formação docente, formação esta que deve ser contínua e partindo dos saberes por ele apresentados,

entender que, ensinar não é transferir conhecimento, citado como saber básico. O professor quando ensina ele também aprende, assim como aluno quando aprende ele também ensina, a relação de troca de saberes é contínua.

Quando Freire (1996, p. 28) evidencia que, “Ensinar exige rigorosidade metódica”, e se formos destrinchar o significado das palavras rigorosidade e metódica, onde rigorosidade tem a ver com severidade e metódica o método ou caminho para se chegar a algo, nada tem a ver com a ideia que Freire traz como saberes necessários a prática educativa. A rigorosidade metódica trazida, é percurso para se chegar ao objeto cognoscitivo, não numa espécie de educação bancária e rígida, mas que para se chegar ao conhecimento é necessário ter um caminho bem definidos.

Quando Freire (1996, p. 30) aborda a importância da pesquisa na prática docente, afirmando que, “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Nesse sentido, a pesquisa e ensino no âmbito escolar vai muito além do conhecimento em si, elas se complementam e alicerçam a base da formação escolar. Estar dentro do espaço escolar exige além do ensinar e aprender a promoção contínua do desejo da pesquisa, pesquisa essa que caminhará ao longo de toda trajetória escolar e não escolar do educando.

Outro ponto evidenciado por Freire (1996, p. 31) é que “Ensinar exige respeito aos saberes do educando”, uma reflexão que vai muito além do respeito em si, que é igualmente importante, mas respeito a bagagem de mundo e as vivências com que os alunos chegam até os centros educacionais. Respeitar os saberes é colocar os alunos como protagonista de suas histórias, dialogando e refletindo as questões que assolam o dia-a-dia com os conteúdos de ensino. Percebe-se que, neste ponto, existe uma interferência muito grande por traz das estruturas educacionais, estruturas essas, que oculta as vivências das classes populares nos livros didáticos que por vezes é ofertado, e nesse sentido, exigirá do professor uma visão crítica para que os ensinamentos dentro da sala de aula não fiquem preso nos livros didáticos que são ofertados, é preciso quebrar os muros da escola e refletir e trazer as questões que se debruçam com aqueles educado que chegam até as escolas.

Freire (1996, p. 32) evidencia também que, “Ensinar exige criticidade”, demonstrando que, quando se tem uma formação libertadora, essa mesma formação tem que possibilitar uma análise crítica das várias questões que norteiam a sociedade e os indivíduos, e ser crítico é dar autonomia para os educandos para as futuras escolhas dentro de uma sociedade tão desigual. Freire (1996, p. 34) ressalta que, “Ensinar exige estética e ética”, e que a ética atrelado a beleza da formação devem andar de mãos dadas, sendo inconcebível pensar em uma formação escolar sem o rigor ético e sem a beleza do ensino.

Freire (1996, p. 35) traz que, “Ensinar exige a corporificação das palavras pelo exemplo”. Nesse sentido, o aluno que chega na escola, estará em constante formação e os professores por sua vez tem um importante papel nesse processo, além de ser responsável pela condução do processo formador do educando, ele será o modelo norteador para grande maioria daqueles alunos que se encontram no processo formativo, tendo como o professor(a) como exemplo. Não é só aplicar o conteúdo, é acreditar e testemunhar o que é apresentado dentro da sala de aula.

Freire (1996, p. 36) destaca que, “Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação”, e essa abordagem apresentada pelo autor no que concerne a aceitação do novo, em nada tem a ver com a questão cronológica, em que uma coisa substitui a outra, mas com a abertura que o educador tem que ter para os novos conhecimentos que surgem e que acabam ocupando aquele pensamento que até então, pensava ser o certo. Pensar certo, abertura e aceitação ao novo, para além de todos esses pré-requisitos, para uma prática educativa, é necessário rejeitar qualquer tipo de discriminação numa prática educativa efetiva.

Freire (1996, p. 39) traz que, “Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”, sendo que, na trajetória de formação docente é indispensável a reflexão crítica sobre a prática, pois só dessa forma, é que é possível melhorar a prática docente futura. É indispensável esse olhar crítico sobre a prática, esse será o norte das coisas que precisam melhorar na atuação docente.

E por fim, Freire (1996, p. 41) traz no último ponto do primeiro capítulo que, “Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade Cultural”, sendo que, essa assunção da identidade Cultural, fala da questão do respeito, respeito ao professor, sua trajetória, suas escolhas políticas e ideológicas, assim como respeito aos educandos, sua bagagem de mundo.

Dessa forma, percebe-se que os caminhos para uma educação de qualidade e excelência vem sendo discutido por vários autores, dentre ele, Freire, que traz princípio básicos, mas essencial para uma educação de qualidade e inclusiva.

## 6. EDUCAÇÃO POPULAR

*A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem.*

*Brandão, 2002.*

A educação Popular, não é só uma educação, é um modo de sobrevivência e a identidade de um povo, que seguirá com ele nas trocas cotidianas, sendo passada e ensinada conforme apreendeu no seu grupo social. Nesse sentido quando o aluno adentra na sala de aula leva consigo toda a bagagem que apreendeu na sua comunidade e o constitui enquanto sujeito. É imprescindível que esses saberes não fiquem fora dos muros da escola, que esses saberes acompanhem o educando ao longo do seu processo escolar e que seja fortalecido dentro desse espaço primordial para a formação dele enquanto educando e enquanto cidadão (ã).

Pensar em uma educação popular é pensar em democracia, é pensar nos vários povos que estão dentro dos espaços escolares e também nos vários povos que não tiveram a oportunidade de adentrar aquele espaço, é falar de equidade, empatia e sabedoria em todos os níveis. A ausência do saber popular, dentro dos espaços escolares anda paralelo com ausência das classes populares, evidenciado por Carbonari (2004, p. 217 apud MOREIRA, 2012, p. 2) como sendo o reflexo da “permanência de uma tradição de descaso com a educação, particularmente com a educação das classes populares e com os primeiros anos de sua escolarização”. Dessa forma, é imprescindível que a escola seja um espaço de construção permanente no sentido de estar sanando as várias lacunas decorrente do processo de estruturação da própria escolarização, embora fique evidente que é impossível abarcar todas as particularidades e necessidades que todos anseiam de imediato e do dia para a noite, principalmente aqueles que no decorrer desse processo, sempre estiveram a margem dessa



construção, mas as reflexões acerca da temática possibilita um fio de esperança diante de tantas ausências e inexistências ao longo dos anos.

Entre antropólogos é costume dizer-se que a sobrevivência de um modo social depende de os seus sujeitos descobrirem meios de entre eles, segundo as suas categorias de pessoas, circularem sempre: bens (alimentos, objetos, instrumentos e utensílios), mulheres (esposas que geram filhos e que, unindo-se a homens de seu grupo/clã ou de outros, estabelecem alianças entre os homens) e mensagens. Quando o homem sabe e ensina o saber, é sobre e através das relações de objetos, pessoas e idéias que ele está falando. (BRANDÃO, 2006, p. 10)

No decorrer da vida, aprendemos com os nossos pais ou responsáveis e com as pessoas do nosso convívio, sem nenhuma “pré determinação” e “intencionalização de aprendizado”, os cantos, as danças, as atividades domésticas, a religião do grupo, os artesanatos e tudo que compoem aquele grupo, se acaso desejar. Aprende desde as atividades mais simples a atividade mais elaborada e que servirão como identificador do nosso grupo. Mais tarde, toda bagagem de conhecimento que adquirimos ao longo da vida é passada para nossos filhos, netos, tataranetos e assim por diante. Esse conhecimento que compartilhamos e recebemos, é o que vai nos diferenciar dos demais grupos e das demais culturas, sendo um fator primordial na valorização e conservação dos grupos.

Brandão (2006, p. 10-11) contribuindo com essa discussão, evidencia que:

[...] Durante quase toda a história social da humanidade a prática pedagógica existiu sempre, mas imersa em outras práticas sociais anteriores. Imersa no trabalho: durante as atividades de caça, pesca e coleta, depois, de agricultura e pastoreio, de artesanato e construção. Ali os mais velhos fazem e ensinam e os mais moços observam, repetem e aprendem. Imersa no ritual: seja no enterro de um morto (os homens do paleolítico superior já faziam isto com todo o cuidado), num rito de iniciação, ou em outra qualquer celebração coletiva, as pessoas cantam, dançam e representam, e tudo o que fazem não apenas celebra, mas ensina. E não ensina apenas as artes do canto, da dança e do drama. Ritos são aulas de codificação da vida social e da recreação, através dos símbolos que se dança, canta e representa, da memória e da identidade dos grupos humanos. Imersa nos diferentes trabalhos do viver o cotidiano da cultura: aparentemente espontâneas e desorganizadas, as situações de brincadeiras de meninos, as tropelias de adolescentes e as trocas do amor entre jovens são momentos de trocas de condutas e significados, regidas por regras e princípios que, aos poucos, incorporam à pessoa de cada um os códigos das diferentes outras situações da vida social.

Todas essas ações são introdutórias a prática escolar e que são de grande importância para assimilação dos conteúdos durante e posterior ao ensino escolar. Noções estas, que de forma direta e indiretamente ajudam nas atividades que são desenvolvida dentro do espaço

escolar. Essas mesmas atividades sem nenhuma intencionalização o norteará durante a vida social. Diferentemente do passado, em que os conhecimentos adquiridos, eram celebrados e assim o homem ou a mulher podiam casar Brandão (2006, p.11), nos dias atuais os conhecimentos são sinônimos de sobrevivência, aquele que tem mais conhecimento tem preferência numa vaga de emprego, por exemplo. Essa bagagem de conhecimento construída ainda no seio familiar, é primordial para as construções futuras fora da sua comunidade e do seu convívio.

A educação Popular, como o próprio nome já diz, é uma educação do povo, é uma comunhão dos saberes, sem hierarquia, sem divisão, é conhecimento compartilhado. Brandão (2006, p. 11) traz que:

Enquanto o trabalho produtivo não se dividiu socialmente e um poder comunitário não se separou da vida social, também o saber necessário não teria existido separado da própria vida. Fora alguns poucos especialistas de artes e ofícios, como os da religião primitiva, em algumas tribos, com pequenas diferenças todos sabiam tudo e entre si se ensinavam e aprendiam, seja na rotina do trabalho, seja durante raros ritos onde, solenes e sagrados, os homens falavam aos deuses para, na verdade, ensinarem a si próprios que eram eles, e por quê. Esta foi uma primeira educação popular.

Durante a trajetória escolar, observamos que o saber se encontra estruturado, direcionado, fragmentado e com especializações. Hoje percebemos, que esse saber se difundiu e ao mesmo tempo se tornou inacessível, é preciso não só os saberes que constitui o seu grupo social, mas uma formação, uma instituição que valide aquele saber. Essas novas estruturas de conhecimento, de produção do que é conhecimento ou não, deixa de lado tudo aquilo que foi apreendido dentro dos lares, da comunidade e que era sinônimo de saber. Essa configuração de conhecimento, novamente coloca a margem, todo conhecimento empírico e que faz parte de várias gerações, para colocar em foco o conhecimento hegemônico e elitista.

E uma escola progressista segundo Freire (1996) é uma escola pautada no diálogo, na diversidade e na interdisciplinaridade, tendo o professor como mediador processo, propondo ações que favoreçam esse diálogo e essa relação continua no espaço escolar, e indo de encontro a toda essa estrutura separatista. Mikel Dufrenne, *La Personalité de Base* (apud BRANDÃO, 2006, p. 6) afirma que:

“A educação forma a personalidade do indivíduo médio e o prepara para viver a cultura: é pela educação que a gênese da cultura se opera no indivíduo. Pode-se descrever a cultura mostrando como o indivíduo a assimila e como nele se constitui, à medida que ele a vai assimilando. Isto porque a educação é, ao mesmo tempo, uma instituição que o indivíduo encontra e o meio que ele tem para encontrar todas as instituições.”

Nesse sentido, a educação é um norte para a formação do indivíduo, trazendo consigo tudo o que aprendeu ao longo do seu percurso, na família, comunidade e nas várias relações que perfazem a vida enquanto ser social e ativo. Essas características que diretamente e indiretamente define-o como ser cultural, necessita que, não se separe quando adentra o espaço escolar, são essas diferenças que o define enquanto ser cultural e único nas suas individualidades.

A evolução do homem enquanto ser social, se deu a passos lentos, mas foi primordial para chegar ao patamar ao qual se encontra, com dificuldades nos períodos remoto, época em que dependia totalmente do que a floresta tinha para oferecer, foi moldando-se conforme as necessidades. Brandão (2006, p. 13) evidencia que:

A revolução neolítica é a aurora do domínio da tribo sobre o mundo. Livre da servidão da caça e da coleta, o homem vai agora ocupar toda a terra, multiplicar-se, criar sociedades estáveis, numericamente grandes e socialmente complexas, e vai gerar a tribo, a aldeia e a cidade, produtos da terra, produtos da agricultura de cereais.

Essa construção lenta, mas necessária dentro do que se tinha disponível naquele momento, mostra o desenhar do homem no meio social e seu percurso para chegar a configuração que temos hoje, comunidades organizadas que partilham valores e que tem alguns objetivos em comuns na maioria das vezes. Esse exemplo mostrando por Brandão (2006), demonstra a inteligência do homem em um período que a escola não se fazia presente. Esses povos, mesmo com algumas evoluções, mantinha dentro da sua comunidade a prática de passar para aquele familiar toda a bagagem de conhecimento. Brandão (2006, p. 15) afirma que:

Escravos, servos, homens e mulheres comuns aprendiam uns com os outros tudo o que era necessário para o exercício dos seus trabalhos: na casa, no quintal, na lavoura, na construção. Aprendiam nos ritos, a que os magos e sacerdotes os convocavam, os mitos que explicavam sua própria origem e as razões, quase sempre sagradas, da ordem do mundo em que viviam.

Essa configuração possibilitou a permanência das várias culturas da qual temos contato, tradições essas, que são passadas de pais para filhos e filhas, com cuidado no direcionamento para que cada criança, adolescente e adultos, aprendam no momento condizente com sua idade. O interessante nesse processo é que, a aprendizagem acontece de maneira espontânea, a partir da curiosidade da criança, sem pressão, sem castigo, sem notas, sem educador especialista, mas com a pessoa de sua confiança ao qual a criança admira e não questiona seus saberes. Com o passar do tempo, o aquisição de conhecimento foi estruturada de maneira mais organizada e

direcionada, verticalizado todos os saberes que até então foi construído no decorrer dos anos. Aquele que ensinava e que passava os ensinamentos para o povo, deu lugar para o educador com títulos e abarcava todas as áreas. Brandão (2006, p. 15) destaca que:

A produção de um saber popular se dá, pois, em direção oposta àquela que muitos imaginam ser a verdadeira. Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso “sábio e erudito” que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se, empobrecido, um “saber do povo”. Houve primeiro um saber de todos que, separado e interdito, tornou-se “sábio e erudito”; o saber legítimo que pronuncia a verdade e que, por oposição, estabelece como “popular” o saber do consenso de onde se originou. A diferença fundamental entre um e outro não está tanto em graus de qualidade. Está no fato de que um, “erudito”, tornou-se uma forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder, enquanto o outro, “popular”, restou difuso — não centralizado em uma agência de especialistas ou em um pólo separado de poder — no interior da vida subalterna da sociedade.

Embora observa-se que houve um momento em que cada saber sobressai, os saberes na sua grande maioria se articulam a todo momento, o que antes era feito sem nenhuma comprovação científica e que surtia efeito aos que se utilizam daquele saber, hoje percebem a eficácia do método utilizado. Só que, conforme as técnicas e aparência visual foram melhorando, o princípio de onde tudo começou acabou sendo esquecido. Com o surgimento da educação popular, observa-se uma valorização a partir das classes populares, a partir dos seus conhecimentos, tem-se uma reconfiguração a partir do olhar de quem produziu, de quem criou. E essa configuração tem um papel importante para a valorização de toda uma trajetória, de um povo que viu no decorrer dos anos seus saberes a margem da sociedade, sendo excluído e até discriminado, houve uma supervalorização dos produtos industrializados e tudo que vinha da burguesia era tida como um produto de valor. Para Brandão (2006, p. 42)

[...] a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. Diante de um modelo oficial de educação compensatória, a educação popular não se propõe originalmente como uma forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular.

Nesse ponto, percebemos que para além de um trabalho político, a educação popular é uma compressão para os povos de classes populares que por muito anos viveu a mercê de uma educação de qualidade, por vezes até inexistente em virtude da realidade que vivia. Essa nova configuração surge não só como alento de dias melhores, mas possibilita que essa educação seja construída pelo olhar de quem vive diariamente os percalços, trazendo consigo uma gama de experiência para o fortalecimento da luta das classes populares.

A educação popular, não é só uma educação de classes populares no intuito de oferecer uma educação para aqueles que não tiveram oportunidade, para além disso, ele veio para fortalecer os grupos excluídos da década de 60 frente ao sistema. Luta essa, que foi ganhando força e adeptos até de pessoas que não são das classes populares, mas que percebe a luta como algo coletivo. Brandão (2006, p. 46) afirma que:

Uma primeira experiência de educação com as classes populares a que se deu sucessivamente o nome de educação de base (no MEB, por exemplo), de educação libertadora, ou mais tarde de educação popular surge no Brasil no começo da década de 60. Surge no interior de grupos e movimentos a sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais, ou da federação. Surge como um movimento de educadores, que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou cultura popular, e se considerou como a base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes.

Nesse sentido, observamos a importância de um educador (a) nas lutas sociais e quanto pode ser significativa seu posicionamento diante das injustiças que permeia o espaço social, e que direta ou indiretamente estará em contato com seu campo profissional. Se perceber enquanto agente transformador, além de indispensável para uma prática educativa de excelência, também é requisito básico de ser cidadão (ã) na sua plenitude.

Nesta perspectiva, entendemos que só a educação e através da educação, alcançaremos um ensino que contemple todos os requisitos, que o ser humano precisa para viver em sociedade na sua plenitude. Esses caminhos e desafios discutido por vários autores ao longo do texto, demonstra o abismo e o quanto será preciso percorrer para se chegar ao objetivo esperado, sendo que, se trata de uma queixa recorrente na vida de vários professores que tiveram a oportunidade de vivenciar a prática escolar ou que estão atuando. Mas entender que, quando a criança adentra no espaço escolar, ela terá acesso ao saber formalmente construído, entretanto a sensibilidade do educador (a) em legitimar outros saberes nos espaços formais de educação, entendendo que a criança não é uma tabula rasa, mas que é uma criança com uma gama de conhecimento construída ainda no seio familiar, possibilitará uma educação mais inclusiva com direcionamento em um saber coletivo e suas individualidades.

## 7. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

*Simplesmente, não posso pensar pelos outros  
nem para os outros, nem sem os outros.*

*Paulo Freire, 1987.*

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um aparato que servirá como norteador por um determinado tempo, das ações realizadas dentro do espaço escolar, nele deve estar contido não só as propostas pedagógicas a que a escola se propõe, mas ações e fundamentos que contemple a todos(as). É imprescindível que a construção do PPP seja feita de maneira coletiva, sendo composta por: Gestão, educador, educando, comunidade e todos aqueles que participam direta ou indiretamente nas atividades que conduzem a educação, descentralizando assim, decisões que na maioria das vezes são delegadas e executadas pela a escola.

Romão & Gadotti (1994:42 apud PADILHA) traz que:

É preciso entender o projeto político- pedagógico da escola como um situar-se no horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? A direção se fará ao se entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, dos alunos e demais interessados em educação.

Nos anos iniciais de ensino as crianças estão vivenciando um estágio muito importante ligado a curiosidade infantil para aprender “as coisas do mundo”. De um lado a criança está ávida por saber e quer explorar todas as funções, todos os campos, que seus sentidos sensoriais permitem, nesse período a criança não adquiriu muitos limites que as regras sociais impõem, elas são pequenos investigadores, livres cientistas e estão propensas a apreender, por outro lado ao adentrar na escola, o ambiente escolar vai limitá-la ensinando regras sociais, como também direcionando a sua curiosidade para conteúdos trabalhados na série a qual ela está inserida.

Nesse momento, algumas dificuldades surgem, tanto para as crianças, quanto para os educadores, porque é necessário equacionar uma importante questão: como manter acesa a chama da curiosidade, a espontaneidade que caracteriza o mundo infantil e ao mesmo tempo como educar a criança para que elas possam assimilar as regras sociais de modo que possa se comportar de maneira adequada ao que o ambiente escolar solicita.

Nesse sentido, e no momento crucial desses dois mundos paralelos na realidade infantil, tem-se a família como o elo entre o conhecimento direcionado e o conhecimento livre, em que

poderá intermediar nesses dois “mundos” para que possibilite e facilite o aluno atravessar de maneira natural e sem traumas futuros. Por isso a importância de se ter a família como aliado nesse momento que se separa inicialmente, mas que permanecerá ligados durante toda trajetória de aquisição de conhecimento.

Para que se efetive essa participação, é necessário que a escola como mentor desse processo, busque alternativas para que, esse diálogo se instaure de maneira harmoniosa, levando em conta as particularidades dos responsáveis e a rotina escolar.

Sendo assim, é de grande importância que essa construção e execução do PPP contemplem, não só os conhecimentos intencionais para a formação científica do indivíduo, mas aborde os conhecimentos espontâneos que irão mediar e permear a formação do indivíduo para a vivência em grupo, que implicará na constituição de um ser humano mais empático, solidário e consciente do seu papel social, princípios estes, que são essenciais para a condição humana e que se faz necessário à participação conjunta de contribuição e diálogo com a família, pilar essencial para a construção do indivíduo.

Durante a experiência de formação escolar, os estudantes das series iniciais de ensino em geral tem a possibilidade de perceber a interação de seus responsáveis no ambiente escolar. Entretanto o motivo que leva os responsáveis a comparecerem a reuniões escolares estão sempre, na maioria das vezes relacionados à queixa escolar.

[...] “O avanço é percebido em todos os indicadores. Reconhecemos aqui o trabalho da equipe estabelecido dentro da unidade, às atividades diversificadas desenvolvidas pelos docentes para atender as dificuldades dos alunos, aulas de reforço com e sem monitoria, o compromisso de cada profissional da escola, o acompanhamento sistemático do processo de ensino aprendizagem, visita as famílias de alunos com maiores dificuldades, seja na aprendizagem, seja no comportamento, ou na frequência”. (ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ROSALINA SOUZA BITTENCOUT, PPP, p. 21.)

Embora o Projeto Político Pedagógico mencione visitas dos profissionais da escola as residências dos alunos que tem dificuldade de aprendizagem, é válido questionar se essas visitas ou acompanhamentos, não ficam marcadas como uma experiência que remeta a uma queixa escolar, visto que, os alunos que não apresentam a problemática comportamental ou de aprendizagem não são contemplados? Nessa perspectiva, é importante ainda salientar que relação demarcará a relação Família e Escola na concepção do aluno, contemplados ou não com essa visita? Pensar no processo de construção do PPP, junto com a participação ativa da família vai muito além da participação por baixo rendimento, déficit de aprendizagem, baixa frequência, indisciplina ou momentos festivos, mas trazer a família para a construção e

compartilhamento no processo de conhecimento, conhecimentos empíricos que vai dialogar com os científicos, tornando um conhecimento uníssono.

E pensar nas várias intercorrências que acontece dentro do espaço escolar é também, possibilitar e favorecer uma educação política que contemple e dialogue com os vários povos e as diferentes cultura que adentram aquele espaço, conhecendo suas realidades, suas expectativas, seus anseios e como juntos (escola e família) podem supera-los. Entendendo que, os resultados positivos alcançados, são compartilhados igualmente por toda comunidade escolar, essa consciência de ganho coletivo, faz toda diferença dentro de um espaço educativo e o primeiro passo rumo a uma construção coletiva equitativa e democrática. Padilha (2001, p. 7) traz que:

Fazer política na escola significa conhecer profundamente os educandos, sua realidade, seu contexto, suas carências, necessidades, potencialidades e expectativas, bem como estabelecer o justo equilíbrio de forças e representatividade dos diversos sujeitos coletivos da escola na gestão e na definição das políticas que conduzem as questões administrativas, financeiras e pedagógicas da instituição escolar [...].

Percebe-se que, muito se tem a modificar para que todas estas questões sejam sanadas, mas é necessário, que ao menos no decorrer da construção do PPP, as famílias saiam de meros expectadores e ganhe visibilidade, sendo oportunizados e reconhecidos como integrantes desse processo na base escolar para o alcance de metas positivas e significativas. Nesse sentido, embora se tenha na composição escolar conselheiros, responsáveis por participar das decisões significativas da escola, ainda é mínima, visto a dimensão da importância da participação familiar.

Padilha (2001, p. 22) ainda evidencia que:

Tudo o que se relacionar com a visão de mundo, o contexto, a realidade concreta de uma escola e as utopias de seu corpo diretivo, corpo docente, discente, corpo de funcionário, colaboradores e vizinhos, pode e deve ser discutido politicamente em seu interior, para que essa instituição cumpra melhor o seu papel na sociedade e para que, a partir dessa discussão permanente, possa intervir também, de forma política, nos demais níveis e instâncias da sociedade, da qual são todos cidadãos.

Essa “conceito” dialógico e integracionista tem se tornado primordial dentro do que Freire defende por uma escola democrática, em que a escola se abre para escuta com todos que compõe a comunidade escolar, saindo de um modelo vertical e estático e partindo para um diálogo horizontal e mais aberto. Essa nova concepção de escola, só será possível se todos que constitui a comunidade escolar (docente, discentes, funcionários, gestão e sociedade) estiverem



abertos no que diz respeito a seu compromisso social e individual. Padilha (2001, p. 24) apresenta o diálogo como fator primordial para democracia, diálogo este essencial para uma mudança significativa no espaço escolar.

Para tanto, podem apostar no diálogo como exercício da democracia e, mais do que isso, podem votar a ter esperança de que por meio de uma educação politizada que estimule o senso crítico, que leve à conscientização, estaremos evitando a aceitação dócil e passiva de uma dura realidade que favorece apenas a uma minoria que sempre defendeu a neutralidade da educação em nome da educação da manutenção de seus privilégios. Mais do que isso, estaremos criando condições para uma ação efetiva com vistas à transformação da sociedade em que vivemos e para melhoria da escola que temos. (PADILHA, 2001, p. 24)

É evidente que existe um longo caminho a percorrer, e que diálogos se fazem necessários para uma transformação significativa e que contemplem todos dentro e fora da comunidade escolar, mas perceber uma discussão em torno do assunto já é um grande avanço para uma melhoria na educação escolar e para (des) construção de privilégios até então enraizado como enfatiza Padilha (2001). Além disso, é necessário um planejamento que vá ao encontro com as demandas que surgem durante o processo educacional, planejamento este, que servirá de norte para condução e melhoria das práticas escolares. De acordo com Coroacy (1972, 79 apud Padilha 2001, p. 31):

“Planejamento é um processo que se preocupa com ‘para onde ir’ e ‘quais as maneiras adequadas de se chegar lá’, tendo em vistas a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto a necessidades do desenvolvimento da sociedade, quanto as do indivíduo”.

Assim sendo, esse planejamento é construído diariamente através das situações que surgem na prática educacional, e estar pontuando essas intercorrências espontâneas que surge na rotina escolar, possibilita respostas rápidas a várias outras demandas que surgem ao longo do processo. Quando se trata de planejamento escolar, para além dessas atribuições definidas anteriormente, Vasconcelos (1995:53 apud Padilha 2001, p. 32) define o Planejamento do Sistema de Educação como:

“[...]de maior abrangência (enquanto um dos níveis de planejamento na educação escolar), correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual ou municipal. Incorpora e reflete as grandes políticas educacionais. Enfrenta os problemas de atendimento à demanda, alocação e gerenciamento de recursos etc.”

Dessa forma, além da complexidade que o planejamento tem em si, sendo subdividido em várias instâncias, desde a aula ao planejamento coletivo, onde envolve toda a comunidade escolar, se mostra como um dos grandes desafios referente ao Sistema de Educação. E, é essa dificuldade de aplicação, de colocar em prática questões que foram postas em papel, que na maioria das vezes não saem da teoria, sendo um dos principais anseios da comunidade escolar. E a superação desses desafios, evidenciados em partilhas de reuniões no decorrer processo de formação, ainda é uma das grandes aspirações enquanto educador progressista.

O segundo momento referente ao PPP, trata-se do plano de ação, nele estará contido todas as informações e todos os caminhos percorridos ao longo da realização do processo, Libâneo (1992:223 apud PADILHA 2001, p. 36) define plano como:

O plano “é um guia de orientação, pois nele são estabelecidas as diretrizes e os meios de realização do trabalho docente. Como a sua função é orientar a prática, partindo das exigências da própria prática, ele não pode ser um documento rígido e absoluto, pois uma das características do processo de ensino é que está sempre em movimento, está sempre sofrendo modificações face as condições reais.

Diante da reflexão da importância do plano dentro do âmbito escolar, Sobrinho (1994: 3-4 apud PADILHA 2001, p. 36), contribuindo com essa discussão, evidencia que:

[...] Com o plano é possível então acompanhar o seu desempenho, avaliar se os resultados alcançados foram ou não os esperados, onde houve desvios, quais os problemas enfrentados. Planejamento e Plano estão estritamente relacionados, mas não são sinônimos. O primeiro representa o processo e o segundo é registro do processo.

Para o autor esses dois processos são de grande importância para ações a serem desenvolvidas e executadas, que embora sejam diferentes, mas se complementam ao longo do processo. E ter delimitado e definidos os caminhos a serem percorridos, é de extrema importância para o êxito do processo. Conforme salienta Padilha (2001), “[...] a atividade de planejar é atividade intrínseca à educação por suas características básicas de evitar o imprevisto, prever o futuro, de estabelecer caminhos que podem nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa [...]”.

Nessa perspectiva, a administração e educação se assemelha no que diz respeito a gestão que segundo Teixeira (1987: 75 apud Padilha 2001, p. 45) “existe um certo paralelismo entre a administração e a pedagogia na medida em que tanto as teorias pedagógicas como as administrativas fundamentam-se nos mesmos pressupostos, ou seja, na mesma concepção de homem, sociedade e de organização”. Essa consciência e visão de direcionamento é essencial

para que não se perca no percurso de seus deveres enquanto educador, educando, gestão e comunidade escolar.

A importância da decisão na gestão escolar se configura um ato primordial no que tange as questões de ordem prática e espontânea no espaço escolar, nela a pessoa frente a alguma situação que exige uma resposta rápida, pode sanar sem maiores deliberações.

Nessa mesma discursão, Padilha (2001, p. 73) aponta que, “Pensar o planejamento educacional e, em particular, o planejamento visando ao projeto político pedagógico da escola é, essencialmente, exercitar nossa capacidade de tomar decisões coletivamente”.

Nesse panorama apresentado, e diante da complexidade que o próprio planejamento educacional exige, a participação coletiva e direcionada de acordo com as especializações é de grande importância para que as demandas que surgirem dentro do espaço educacional e que infelizmente foge do controle por ser de ordem natural, flua de maneira branda e controlada.

Padilha (2001, p.73), evidencia que:

Sabemos que o planejamento não é uma tarefa fácil. Conhecemos as dificuldades (“ não temos tempo”, “ não temos pessoal qualificado”, “ a burocracia é tanta”...), as resistências (“ já fizemos isso e não deu certo”, “nossa escola já tem projeto”, sem salário não dá”...) os limites e obstáculos (comodismo, imediatismo, formalismo).

Além desses fatores descritos e que na maioria das vezes dificultar o processo de condução e realização do Projeto Político Pedagógico, sabemos que existe vários teóricos a exemplo de Freire, Brandão e Padilha que defende ações mais participativa, dialógica e que vem gerando grandes resultados na prática educativa e que através dessa participação, é possível ter êxito nas várias questões de ordem educacional e que permeia esses espaços. O próprio princípio básico do PPP, direciona-o para que, a construção seja pautada na dialogicidade, coletividade e equidade, abrangendo todos os seguimentos e suas necessidades formais e informais com a possibilidade de revisões periódicas e seu rápido direcionamento.

Nesse sentido, a construção do PPP é imprescindível para o funcionamento escolar, mas para além da construção em si, ele deve ser feito coletivamente através da escuta comunitária, ouvindo suas sugestões, suas críticas e de que forma pode estar sanando as questões que não deram certo e propondo ações que beneficiarão toda a comunidade escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura é um fator inerente ao ser humano, onde ele (a) estará imerso a partir do seu nascimento e que permeará ao longo da sua vida. Oportunizar, valorizar e incluir a cultura no momento em que as crianças adentram o espaço escolar é indispensável para uma formação plena, democrática e que visa a inclusão em todos os sentidos. Nesse sentido, a inclusão da cultura popular possibilita não só a valorização das diferentes culturas imersas no espaço escolar, mas também que o educando valorize a sua própria cultura e se reconheça nas diferenças. Além disso, essa abertura de proporcionar a valorização da cultura possibilita que as discriminações até então enraizadas pelo processo colonizatório se dissipe ao longo do processo de fortalecimento dessas culturas.

A pesquisa em questão, se mostrou muito relevante no que tange a importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança, alicerçadas por teóricos que subsidiam tal abordagem dentro dos espaços escolares, assim como a importância de ter nesses espaços, diálogo mais democrático que fortaleçam e tragam diferentes formas de conhecimento.

De acordo com as leituras realizadas, são vários os percalços para que se tenham uma educação que contemplem a todos diante de sua diversidade, mas também são vários os caminhos elencados para que esses anseios sejam atenuados ao longo do processo de ensino, sendo eles: ensino multidisciplinar e intercultural, diálogo democrático, inclusão das famílias, da comunidade e de todos que participam do funcionamento e das decisões que compete o desenvolvimento escolar.

Embora ao longo das leituras, percebe-se que houve uma ausência dos povos das classes populares na construção da sua história e também na produção de conteúdos voltado para educação em virtude do processo de colonização do Brasil. Percebemos um novo cenário e novos materiais voltado para a temática, assim como, uma nova abordagem dentro desses espaços. É de grande importância ressaltar, a ampliação de pesquisas que demonstram a importância da discussão em foco, autores (as) estes que, não só aborda a relevância de se trabalhar, numa sala de aula a diversidade cultural, mas trazem percursos para uma educação positiva e participativa. Discussões estas, de fundamental importância para o desenrolar da pesquisa em questão.

As reflexões realizadas através dos estudos de teóricos que evidencia a importância de uma educação mais aberta e democrática, permitiram observar que é impossível uma educação plena sem uma participação ativa da família com a escola, sem um diálogo ativo e constante

para sanar os vários desafios que ocorre de maneira espontânea nos espaços de educação. Possibilitar essa abertura por parte da escola, só evidencia o quanto ela se preocupa com a escuta dessas famílias nesse espaço e a importância dos mesmos nas várias discussões que até então acontecia de maneira verticalizada e sem uma participação constante dessas famílias.

Baseados nesse quesito, a pesquisa em questão, através de teóricos buscou subsídios que alicerçasse a importância desse contato com a cultura popular nos anos iniciais de aprendizagem, trazendo uma análise sintética ou seja um fechamento das discussões elencadas ao longo dessa pesquisa, embora não signifique o encerramento do estudo, tendo em vista a importância das investigações para dessa temática. Por fim, espera-se que esta pesquisa possa nortear educadores e pesquisadores que se identificam com a importância dos saberes populares na construção da aprendizagem da criança, priorizando a participação e o diálogo da família e escola dentro do espaço educacional para que se alcance uma educação empática, democrática, dialógica, constitutivo básico de uma educação de excelência.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Euracia. ESTRELA, Sineide. **Alfabetização e letramento (s) na escola e na família: o processo de apropriação da leitura e da escrita sob um olhar para além da sala de aula.** Curitiba: CRV, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular.** Disponível em :<https://www.ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 11 de Julho de 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2002. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod\\_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em 16 de setembro de 2021.

CÂMARA, Rosana. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Gerais, Rev. Interinst. Psicol. [online]. 2013, vol.6, n.2, pp. 179-191. ISSN 1983-8220. Acesso dia 10 de março de 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios.** Revista Portuguesa de educação, vol. 16, nº002. p.221-236. Universidade do Minho. Braga- Portugal, 2003.

DÍAS, Félix. **O processo de aprendizagem e seus transtornos.** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5190/1/O%20processo%20de%20aprendizagem-repositorio2.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2021.

DUTRA, Henrique Leonardo. **Educação e Cultura de Tradição Oral: Um Encontro Com A Pedagogia Griô.** Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253971/1/DutraHenriqueLeonardoM.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á prática pedagógica.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura. Disponível em:

<https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/9.-Pedagogia-da-Autonomia.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/11.-Pedagogia-da-Indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em 11 de outubro de 2020.

GONÇALVES, Maurício Osório. **Tradição oral e tradição escrita: uma análise sobre o projeto Griô e suas implicações nas práticas escolares da educação formal**. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/579-1619-1-PB.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2020.

IBGE. **Conheça O Brasil – População Cor ou Raça. IBGE educa**. Diretoria de pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios contínua 2012-2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> . Acesso em 06 de julho de 2022.

Jornalismo Tv Cultura. **Panorama | O Brasil antes de 1500 | 08/01/2018**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tYhcX8FPPyk> . Acesso em 11 de julho de 2020.

MINAYO, Maria Cecília (Org). DESLANDES, Suely. NETO, Otavio. GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> . Acesso em: 04 de fevereiro de 2022.

NASCIMENTO, Nadine. **Ser indígena no século XXI é revolucionário, diz Kayapó**. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/ser-indigena-no-seculo-xxi-e-revolucionario-diz-kayapo/> . Acesso em 20 de novembro de 2020.

NEGRAO, Ana Maria Melo. **O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum"**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 14, p. 154-157, Aug. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141324782000000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782000000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 03 de agosto 2020.

NUNOMURA, Eduardo. **Florestan Fernandes: a luta negra é de todos**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/florestan-fernandes-a-luta-negra-e-de-todos/>. Acesso em 13 de dezembro de 2020.

OLIVIERI, Antônio Carlos. **Índios - O Brasil antes do descobrimento**. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/indios-o-brasil-antes-do-descobrimto.htm>. Acesso em 11 de julho de 2020.

PACHECO, Lillian. **Pedagogia Griô: A reinvenção da Roda da Vida**. Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/files/2018/02/Livro-Pedagogia-Gri%C3%B4.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2021.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: Como construir o Projeto Político Pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001- (Guia da escola Cidadã; v. 7). Disponível em: <[file:///C:/Users/USer/Downloads/Planejamento\\_Pol%C3%ADtico\\_Pedag%C3%B3gico%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/USer/Downloads/Planejamento_Pol%C3%ADtico_Pedag%C3%B3gico%20(5).pdf)>. Acesso em 05 de julho de 2022.

Pizzani, L., Silva, R. C. da, Bello, S. F., & Higashi, M. C. P. I. 2012. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. RDBCI: Revista Digital De Biblioteconomia E Ciência Da Informação, 1–14. Acesso dia 24 de fevereiro de 2022.

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**. Escola Municipal Professora Rosalina Souza Bittencourt, Amargosa, 2019-2023. Acesso em 19 de maio de 2020.

RIBEIRO, Laisa. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: <<https://querobolsa.com.br/enem/literatura/carta-de-pero-vaz-de-caminha>>. Acesso em 11 de julho de 2020.



SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos avançados, v. 2, p. 46-71, 1988. Acesso dia 01 de março de 2022.

SILVA, Vitor Ferreira. **O Livro Didático E As Sociedades Indígenas\*\***. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/4032/pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2020.

SODRÉ, Ana Carolina. **Fontes para a história indígena do e antes do século XVI**. Disponível em: <<file:///C:/Users/USER/Downloads/154276-Texto%20do%20artigo-331793-1-10-20190202.pdf>>. Acesso em 6 de julho de 2022.

SOUZA, E. M. de F., & FERREIRA, L. G. (2020). **Ensino remoto emergencial e o estágio supervisionado nos cursos de licenciatura no cenário da Pandemia COVID 19**. Revista Tempos E Espaços Em Educação, 13(32), 1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v13i32.14290>. Acesso em 18 de julho de 2021.

SOUZA, Luciana. DRIGO, Maria. SILVA, Paulo. **Alteridade e os povos originários do brasil: um estudo com representações visuais em livros didáticos**. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/3275/2330>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

VASCONCELLOS, C. M.; ALONSO, A. C.; LUSTOSA P. R. **A abordagem do período pré-colonial brasileiro nos livros didáticos do ensino fundamental**. Revista do Museu de Arqueologia e etnologia, São Paulo, 10: 231-238, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/aline/Downloads/109389-Texto%20do%20artigo-196226-1-10-20160112.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

VERCEZE, Rosa M. A. N. SILVINO, Eliziane F. M. **O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-mirim**. Disponível em: <<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/562>> . Acesso em 12 de outubro de 2020.